

3

Descrições definidas: quantificação vs. referência

O capítulo está dividido em três grandes problemas para a teoria de Russell: o problema das descrições incompletas, o problema da semelhança com expressões demonstrativas e o problema (ou argumento) da convenção. Cada um desses problemas foi proposto para defender a ideia de que descrições definidas são (em pelo menos alguns casos) expressões referenciais.

Desde já, portanto, é importante deixar claro o principal objetivo do capítulo: defender que descrições definidas *não* são expressões referenciais (no sentido proposto por Donnellan), mas expressões de quantificação.

3.1

O argumento das descrições incompletas

Apesar das ideias de Grice e Kripke, alguns filósofos permaneceram convencidos da autenticidade (semântica) da distinção de Donnellan. Eles tentaram ao mesmo tempo reconstruir a distinção a fim de evitar algumas objeções. Além disso, eles tentaram produzir novos argumentos em favor da natureza semântica do uso referencial. No que se segue, examinarei os três principais argumentos em favor da interpretação referencial de descrições. Argumentarei que nenhum deles é satisfatório, mas que o primeiro sugere que há algo de errado com a teoria de Russell.

Uma descrição “o F” é incompleta quando a sua matriz “F” é satisfeita por mais de um objeto. Assim, a descrição “a mesa”, por exemplo, é incompleta, pois há vários objetos que satisfazem sua matriz, “mesa”.

Para muitos, a existência de descrições incompletas (“a mesa”, “o telefone”, etc.) é uma séria ameaça à teoria das descrições definidas de Russell.

Em certo sentido, o argumento das descrições incompletas encontra-se em Strawson (1950/1998). Strawson observa que uma parte da motivação de Russell vem de numa espécie de argumento da tradução. Para Russell, alguém que profere uma frase da forma “o F é G” expressa a mesma proposição que alguém que proferisse uma frase da forma “há apenas um F e ele é G”. Ora, como esta expressa uma proposição geral, então aquela também expressa uma proposição geral.

Em outras palavras, um proferimento de “o F é G” estaria associado às mesmas condições de verdade do que um proferimento de “há apenas um F e ele é G”. Em alguns casos, essa ideia parece natural. Um proferimento de “o autor de ‘Naming and Necessity’ é americano” parece afirmar o mesmo que (e, portanto, estar associado às mesmas condições de verdade) “há apenas um autor de ‘Naming and Necessity’ e ele é americano”. Portanto, “há apenas um autor de ‘Naming and Necessity’ e ele é americano” seria apenas uma forma mais curta de dizer “o autor de ‘Naming and Necessity’ é americano”.

Porém, como observou Strawson, há casos em que essa equivalência não parece correta. Suponha que, inesperadamente, meu irmão aparece na minha casa. Ele alega que seu apartamento foi dedetizado e pergunta se poderia dormir naquele quarto (apontado para o quarto de hóspedes). Eu respondo: “Sinto muito. A cama está quebrada.”

Ora, de acordo com uma aplicação direta da teoria de Russell, minha resposta deveria expressar a mesma proposição que a seguinte paráfrase: “Sinto muito. Existe apenas uma cama (no mundo) e ela está quebrada.”

Porém, a paráfrase acima não parece uma análise correta da minha resposta, pois minha resposta é potencialmente verdadeira, enquanto que a paráfrase é obviamente falsa (há várias camas no mundo e não apenas uma).

O problema que se coloca, portanto, é o seguinte. De acordo com a teoria de Russell, frases que contêm descrições incompletas deveriam sempre expressar proposições falsas. Porém, há várias frases que contêm descrições incompletas e que parecem capazes de expressar proposições verdadeiras (como, por exemplo, “a cama está quebrada”).

Strawson via nesse problema uma indicação de que descrições definidas eram, de fato, expressões referenciais e não, como pensava Russell, expressões de quantificação. Ele escreve:

Russell talks on p. 30 of ‘Principia Mathematica’, of using the article ‘strictly, so as to imply uniqueness’. On the same page Russell says that a phrase of the form ‘the so-and-so’, used strictly, ‘will only have an application in the event of there being one so-and-so and no more’. Now it is obviously quite false that the phrase ‘the table’ in the sentence ‘the table is covered with books’, used normally, will ‘only have an application in the event of there being one table and no more’. (1950/1998, pp. 147-148)

Desde então, vários filósofos tentaram explicar esse desencontro entre nossas intuições linguísticas ordinárias (*ordinary*) e certos resultados da teoria de Russell.

É importante notar que alguns filósofos não veem no problema das descrições incompletas uma séria objeção à teoria de Russell (p. ex., Chateaubriand, comunicação pessoal, 07 maio 2012; Neale, 1990; Sellars, 1954). Neale, por exemplo, escreve: “Indeed, the problem of incompleteness has nothing

to do with the use of definite descriptions *per se*; it is a quite general fact about the use of quantifiers in natural language” (1990, p. 95).

Minha tendência aqui é concordar com Neale. Incompletude quantificacional é um problema mais amplo, do qual descrições definidas são um caso particular. Entretanto, a imensa literatura que o problema das descrições incompletas gerou torna impossível o ignorar (cf. Reimer & Bezuidenhout, 2004, pp. 7-182).

PROFERIMENTOS ELÍPTICOS: A DEFESA DE SELLARS

Um dos primeiros filósofos que tentou explicar esse desencontro foi Sellars. De acordo com Sellars (1954), desde que façamos certas distinções, exemplos como “a cama está quebrada” podem facilmente ser assimilados à teoria das descrições de Russell. A ideia de Sellars é simples e intuitiva: descrições incompletas são elípticas. Elas abreviam descrições completas que o falante poderia ter usado se quisesse.

Considere, mais uma vez, meu proferimento de “a cama está quebrada”. De acordo com Sellars, o meu uso da descrição “a cama” foi elíptico. Ele apenas “abreviou” uma descrição completa tal como “a cama daquele quarto”. Se isso é o caso, então eu expressei uma proposição verdadeira, a saber: que há apenas uma cama naquele quarto e ela está quebrada.

Porém, o que significa dizer que um proferimento é elíptico? Considere os seguintes diálogos (Sellars, 1954).

PRIMEIRO DIÁLOGO

B: Sete é divisível por três.

C: Sete não é divisível por três.

B: Sete é.

SEGUNDO DIÁLOGO

B: Sete é divisível por quatro.

C: Sete não é divisível por quatro.

B: Sete é.

Nos diálogos acima, as asserções “Sete não é divisível por três” e “Sete não é divisível por quatro” não são elípticas. Elas não precisam ser completadas pelo contexto do proferimento para expressar as proposições “que sete não é divisível por três” e “que sete não é divisível por quatro”, respectivamente.

Todavia, as duas asserções de “Sete é” são elípticas: as proposições que elas expressam dependem do contexto em que foram proferidas. Sellars sugere que as proposições expressas por asserções elípticas sejam entendidas em termos das proposições que seriam expressas por suas correspondentes asserções não elípticas. No primeiro diálogo, a proposição expressa por “Sete é” é a mesma proposição que “Sete é divisível por três” expressaria. E, no segundo diálogo, a proposição expressa por “Sete é” é a mesma proposição que “Sete é divisível por quatro” expressaria.

Para Sellars, algo similar aconteceria com a teoria das descrições de Russell. Proferimentos que contêm descrições incompletas seriam elípticos, ou seja, eles abreviariam proferimentos que contêm descrições completas. Em outras palavras, eles expressam proposições que são “contextualmente” completadas. Assim, um proferimento de “a mesa é grande” expressaria, em relação a um certo contexto, a mesma proposição que, digamos, “a mesa na minha frente é grande” expressaria.

Podemos generalizar a ideia de Sellars da seguinte forma. Se “o F” for uma descrição incompleta, então um proferimento de “o F é G” expressará, de fato, a proposição que há apenas um F que é H e ele é G (onde “...é H” representa uma propriedade dada pelo contexto do proferimento e que torna a descrição “o F” completa).

Portanto, exemplos envolvendo descrições incompletas, pensa Sellars, não refutam a teoria das descrições de Russell. Eles mostram apenas que não é possível avaliar corretamente a teoria das descrições sem levar em conta que a maior parte daquilo que dizemos é formada por asserções elípticas.

Seguindo Neale (1990), podemos chamar a resposta de Sellars ao problema das descrições incompletas de resposta explícita.

WETTSTEIN E A OBJEÇÃO DA INDETERMINAÇÃO PROPOSICIONAL

Embora a resposta de Sellars seja intuitiva e plausível, ela enfrenta sérios problemas. Um deles é o chamado problema da indeterminação proposicional.

Considere o exemplo de Strawson: “a mesa está coberta de livros”. Como vimos, Sellars considera um proferimento dessa frase elíptico. Ele abrevia um proferimento “completo” que o falante poderia ter feito se quisesse, digamos “a mesa logo ali está coberta de livros”.

Porém, como nota Wettstein (1981/1998), há diferentes maneiras de se completar a descrição “a mesa” e muitas delas não são semanticamente equivalentes (considere, por exemplo, “a mesa logo ali” e “a mesa que eu comprei no ano passado”). Em cada um desses casos, o falante terá expressado uma proposição diferente. Wettstein pensa que isso é um problema para a teoria de Russell. Intuitivamente, um proferimento de “a mesa está coberta de livros” parece expressar uma única e determinada proposição (seja qual for tal proposição). Por isso, o russelliano se vê numa posição em que ele é forçado a escolher: qual é a descrição completa que corresponde àquilo que o falante expressou (“a mesa logo ali” ou “a mesa que comprei ano passado” ou o que)?

Wettstein sustenta que, em geral, o contexto não coloca o ouvinte em posição de identificar apenas uma descrição completa que o falante tinha em mente. Há várias descrições completas disponíveis e, em geral, nenhuma delas é (contextualmente) mais saliente que as demais.

Assim, a resposta de Sellars ao problema das descrições incompletas nos conduziria ao problema da indeterminação proposicional: mesmo supondo que o

falante tinha em mente uma descrição completa ao proferir “a mesa está coberta de livros”, não há como identificar tal descrição e, portanto, não há como identificar a proposição que o falante expressou.

Há, entretanto, um problema ainda mais sério com a abordagem explícita. Como vimos, o contexto não coloca o ouvinte em posição de identificar uma única descrição completa. Entretanto, alguém poderia argumentar que há uma maneira bastante simples de se determinar a descrição completa que o falante tinha em mente quando ele usou uma descrição incompleta: basta perguntar ao falante qual era essa descrição.

Para Wettstein, essa estratégia não é psicologicamente plausível. Parece incorreto supor que quando o falante proferiu “a mesa está coberta de livros”, ele tinha pelo menos uma descrição completa em mente. Pelo contrário. Para Wettstein, quando uma descrição incompleta é usada de modo referencial, não faz parte das intenções comunicativas do falante comunicar uma descrição completa.

O problema, pensa Wettstein, é que em geral, quando um falante usa uma descrição incompleta de forma referencial, ele não tem em mente uma descrição completa. Sem dúvida, o falante pode produzir uma descrição completa se for necessário. (Se alguém perguntar “De que mesa você está falando?”, ele poderia responder “Da mesa que fica no meu escritório”). Entretanto, ser capaz de produzir uma descrição completa é diferente de ter em mente uma descrição completa.

Isso significa que o contexto não desempenha nenhum papel na teoria de Wettstein? Certamente, não. Embora o contexto não desempenhe um papel na identificação da descrição completa que o falante tinha em mente (pois, em geral, o falante não tem tal descrição em mente), o contexto auxilia o ouvinte na identificação do objeto que o falante tem em mente. O contexto revela o objeto ao qual o falante quer se referir.

Assim, quando usada de modo referencial, uma descrição incompleta funcionaria (semanticamente) como uma expressão demonstrativa (“ela”, “aquela”, etc.). Em outras palavras, quando o falante aponta para uma determinada mesa e diz “A mesa está coberta de livros”, ele expressa a mesma

proposição singular que alguém que, nas mesmas circunstâncias, dissesse, “Ela/Aquilo está coberto de livros”. Observe que, se aceitamos que descrições funcionam como expressões demonstrativas, o problema da indeterminação proposicional desaparece, pois é o próprio objeto demonstrado que entra na proposição e não alguma de suas várias propriedades.

Vejamos como a teoria de Wettstein se aplicaria aos exemplos de Donnellan. Suponha que Jones é louco e que, de fato, ele matou Smith. Se uma pessoa apontasse para Jones e proferisse “o assassino é louco”, ela expressaria algo verdadeiro? Sim, responde Wettstein, pois o indivíduo que a pessoa demonstrou, Jones, é louco. Para o autor, no uso referencial, o fato de que uma descrição não denota apenas um objeto, não afeta a proposição expressa pelo falante.

Suponha agora que Jones é louco, mas inocente e que o verdadeiro assassino de Smith não é louco. Se nesse caso uma pessoa apontasse para Jones e proferisse “o assassino é louco”, ela expressaria algo verdadeiro? Sim, responde Wettstein mais uma vez, pois o indivíduo que a pessoa demonstrou é louco. O fato de que o indivíduo que assassinou Smith não é louco, é irrelevante para a verdade (ou falsidade) da proposição que o falante expressou.

Vale notar que, nos exemplos acima, ambos os proferimentos de “o assassino é louco” expressam a mesma proposição que “Ele/Aquele indivíduo é louco” expressaria (nas mesmas condições).

Portanto, quando uma descrição é usada referencialmente, a sua contribuição proposicional é esgotada pelo objeto ao qual o falante está se referindo. Por isso, o ouvinte será capaz de compreender a proposição que o falante expressou apenas se ele for capaz de identificar o objeto ao qual o falante está se referindo.

Wettstein reconhece que a noção de referência demonstrativa tal como usada para explicar o uso referencial de descrições não pode ser usada para explicar o uso atributivo de descrições incompletas. No uso referencial, entender a proposição que um falante expressa envolve identificar o objeto ao qual ele se referiu demonstrativamente. No uso atributivo, entretanto, essa identificação não é necessária e, em alguns casos, não é ao menos possível (considere um uso atributivo de “a próxima pessoa sorteada ganhará uma torradeira”).

Porém, dadas certas modificações, a noção de referência demonstrativa desempenha um papel importante mesmo na explicação do uso atributivo de descrições incompletas. Imagine novamente a situação em que um detetive encontra o corpo de Smith brutalmente mutilado. Suponha que ele não tem a menor ideia sobre a identidade do assassino. Além disso, suponha que, agora, ele profere simplesmente “o assassino é louco”. Nesse caso, embora o contexto não revele quem é o assassino em questão, o contexto revela algo importante: quem é a vítima do assassino. Em outras palavras, o contexto fornece uma resposta à pergunta: “o assassino de quem?”. Esta resposta é “o assassino de Smith” ou, se preferirmos, “o assassino daquele homem”.

Para Wettstein, quando o falante usa a descrição “o assassino” de forma atributiva, ele não se refere explicitamente ao assassino. Entretanto, ele se refere implicitamente à vítima do assassino. Nesse caso, diremos que o contexto não contribui com uma propriedade do assassino para a proposição que o falante expressa. O contexto contribui simplesmente com a vítima do assassino em questão, a saber: Smith.

Na última parte do seu artigo, Wettstein argumenta que mesmo descrições referenciais completas devem ser analisadas em termos de referência demonstrativa. Imagine que B usa a descrição “a mesa” para se referir a uma mesa, mas que C não é capaz de identificar a mesa em questão. A fim de ajudá-lo, B produz descrições mais e mais elaboradas (“a mesa marrom”, “a mesa marrom

do escritório”, etc.) até que, finalmente, B produz uma descrição completa e C é capaz de identificar a mesa que B tinha em mente.

Exceto pela última, todas as descrições produzidas por B eram incompletas. Porém, de um ponto de vista comunicativo, não há diferença entre a última e as demais. Todas elas tinham a mesma função: ajudar C a identificar uma mesa.

Por essa razão, pensa Wettstein, não parece razoável defender que todas as descrições, menos a última, devam ser analisadas demonstrativamente. O fato de que uma descrição denota apenas um único objeto não impede que ela seja usada de forma referencial e não atributiva. Como Donnellan, Wettstein acredita que o que diferencia o uso referencial do uso atributivo são as intenções comunicativas do falante ao usar a descrição.

Embora tenha identificado um fenômeno interessante, é duvidoso que a crítica de Wettstein à teoria de Russell seja contundente. Primeiro, como notaram Salmon (1982), Soames (1986/1998) e Neale (1990), a análise que Wettstein faz de descrições incompletas usadas atributivamente é inteiramente compatível com a análise de Sellars.

Aliás, pode-se argumentar que se trata da mesma análise. Em certo sentido, não há diferença entre afirmar que, ao proferir “o assassino é louco”, o falante se referiu implicitamente a Smith e, por causa disso, expressou a mesma proposição que “o assassino dele (Smith) é louco” expressaria e afirmar que a descrição “o assassino” foi usada de forma elíptica, para abreviar uma descrição não elíptica como “o assassino de Smith”. Nos dois casos, o falante expressou a mesma proposição, a saber: que há apenas um assassino de Smith e ele é louco.

Além disso, Soames (1986/1998) e Neale (1990) argumentaram que a abordagem explícita pode acomodar o problema da indeterminação proposicional. Para isso, basta que descrições incompletas sejam completadas por expressões referenciais (isto é, por expressões cuja contribuição proposicional é esgotada por aquilo ao qual elas se referem). Assim, ao ouvir um proferimento de “o assassino é louco”, o ouvinte não precisa escolher entre, por exemplo, “o assassino deste homem” e “o assassino de Smith”. Como ambos “Smith” e “aquele homem” são expressões referenciais, é o próprio Smith que entra na proposição que o falante

expressa e não uma certa maneira de descrevê-lo. Assim, “o assassino é louco” expressará a proposição que há apenas um assassino de Smith e ele é louco.

Generalizando, a ideia parece ser que descrições como “o assassino”, “o prefeito”, “o rei”, etc., possuem lacunas e que tais lacunas são preenchidas, num nível proposicional, por certos objetos, dados pelos seus respectivos contextos (“o assassino de Smith”, “o prefeito dessa cidade”, “o rei da Suécia”).

Essa não é uma boa estratégia para lidar com as objeções de Wettstein. Como observa Reimer (1992), a “solução” de Soames e Neale está sujeita a uma série de problemas. Em primeiro lugar, a solução é claramente “ad hoc”. Defender que descrições incompletas devem ser sempre completadas por expressões referenciais é algo inteiramente arbitrário. Neale está correto ao afirmar que “the semanticist . . . is under no obligation to treat the ellipsed material as free of referring expressions” (1990, p. 101). Porém, do mesmo modo, nada o obriga a completar descrições sempre recorrendo a expressões referenciais. Exceto pelo problema da indeterminação proposicional, não parece haver nenhuma razão para se adotar a solução de Neale e Soames.

Em segundo lugar, a solução dificilmente pode ser generalizada. É verdade que, em alguns casos, pode ser mais natural completar uma descrição usando expressões referenciais, mas há casos onde isso não é o que acontece. Considere o seguinte exemplo (Reimer, 1992). Suponha que B está dirigindo e que, acidentalmente, ele atropela um cão. Felizmente, o cão sobrevive ao acidente e é levado a um veterinário. Mais tarde, B liga para o veterinário para saber como está o cão, o veterinário afirma “Não se preocupe. O cão está OK”. Nesse caso, o proferimento do veterinário parece elíptico para “o cão que você (=B) atropelou está OK”. Aqui, não parece haver uma forma (natural) de se completar a descrição usando apenas expressões referenciais.

Por fim, a solução de Soames e Neale simplesmente não evita o problema da indeterminação proposicional. Considere novamente um proferimento de “o assassino é louco”. Há pelo menos duas maneiras diferentes (e não equivalentes) de se completar essa descrição e ambas apelam apenas para expressões referenciais. Para Reimer, a descrição “o assassino” pode ser elíptica para “o assassino de Smith”, mas também para “o assassino logo ali”. Nesse caso, o

ouvinte ainda precisaria escolher entre que tipo de objeto entraria na proposição que o falante expressou: Smith ou a posição espacial do assassino.

Entretanto, há um problema ainda mais sério com a crítica de Wettstein. Como nota Neale, o problema da indeterminação proposicional pode ser estendido - *mutatis mutandis* - a outras expressões de quantificação (“algum F”, “todo F”, etc.). Considere um proferimento de (13).

(13) Sócrates foi condenado à morte. Muitos tiveram o mesmo fim.

É natural pensar que “muitos” foi usado de forma elíptica em (13). Mas elíptica em relação a que? “Muitos homens”, “muitos filósofos” ou ainda “muitos filósofos gregos”? Se Wettstein estiver correto, o contexto não será capaz de completar o quantificador de uma única maneira e “muitos tiveram o mesmo fim” não expressará uma proposição determinada. Isso significa que “muitos” é uma expressão referencial? Obviamente, não. Isso sugere apenas que do fenômeno da indeterminação proposicional não se segue que uma expressão deve ser interpretada de forma referencial. Em outras palavras, o uso referencial de descrições definidas e o fenômeno da indeterminação proposicional são coisas diferentes (é possível ter um deles sem o outro).

Portanto, incompletude não é um fenômeno exclusivo, ou característico, de descrições e o fato de descrições definidas poderem ser usadas de forma incompleta não constitui um argumento em favor da sua interpretação referencial.

Nesse sentido, Wettstein não teria identificado um problema *para a teoria de Russell*, mas um problema mais amplo. Esse problema deve ser resolvido por uma teoria geral da quantificação. Desse modo, exigir da teoria de Russell que ela evite o problema da indeterminação proposicional parece envolver uma imposição forte demais à teoria (cf. Ludlow & Neale, 2006). Portanto, o fenômeno da indeterminação proposicional é perfeitamente compatível com a tese de que descrições definidas são expressões de quantificação.

Em resposta às limitações da abordagem explícita, buscou-se outras respostas ao problema das descrições incompletas. A alternativa mais popular à abordagem explícita veio a ser conhecida como abordagem implícita. Embora existam diferentes versões da abordagem implícita, a ideia geral é simples. Quando uma descrição é usada de forma incompleta, a proposição que a frase “o F é G” expressa deve ser interpretada em relação a um domínio mais restrito.

Uma analogia com a matemática. Por exemplo, a proposição que a frase “há um número maior que dois e menor do que três” expressa depende do conjunto de objetos que se considera. Em relação aos números inteiros, ela expressa uma proposição falsa, mas em relação aos números racionais ela expressa uma proposição verdadeira.

Algo similar se daria nas linguagens naturais. A proposição que, por exemplo, a frase “A mesa está coberta de livros” expressa depende (entre outras coisas) do conjunto de objetos que se considera. Quando se considera todos os objetos do mundo, ela expressa uma proposição falsa. Porém, quando se considera, digamos, apenas os objetos da minha biblioteca, ela expressa uma proposição verdadeira.

Portanto, diferentemente da abordagem explícita, a abordagem implícita preserva o conteúdo da proposição que uma frase da forma “o F é G”, enquanto que ela restringe o conjunto dos objetos em relação a qual ela será considerada.

Como veremos, há diferentes maneiras de se implementar essa ideia.

DESCRIÇÕES E SITUAÇÕES: A TEORIA DE BARWISE E PERRY

Barwise e Perry (1983) apresentam outra maneira de lidar com o problema das descrições incompletas. A ideia deles é que frases da forma “o F é G” expressam exatamente as proposições que a teoria de Russell prevê (ou seja, “que há apenas um F e ele é G”). Estas proposições, entretanto, não são (geralmente)

interpretadas em relação ao mundo, mas em relação a “partes” do mundo. Barwise e Perry chamam tais partes de situações. Intuitivamente, podemos pensar em situações como espécies de recortes da realidade.

Suponha que estou na casa de Smith assistindo a um jogo de futebol e que escuto um telefone tocar. Como Smith parece não estar escutando nada, dirijo-me a ele e digo: “Smith, o telefone está tocando”.

De acordo com Barwise e Perry, eu expressei a proposição que a teoria de Russell prevê, a saber: que há apenas um telefone e que ele está tocando. Entretanto, eu não expressei uma proposição falsa, pois essa proposição não deve ser interpretada em relação “ao mundo”, mas em relação a uma parte dele, isto é, em relação a uma determinada situação. No exemplo acima, a situação em questão pode ser identificada com, digamos, a casa de Smith. Assim, eu expressei uma proposição verdadeira se, em relação a uma determinada situação, há um e apenas um telefone e ele está tocando.

Obviamente, em alguns casos, uma situação pode coincidir com “o mundo inteiro”. Por exemplo, a frase “o primeiro homem a pisar na Lua foi um americano” expressa uma proposição na qual a situação em relação a qual a proposição deve ser interpretada coincide com todo o mundo. Nesse caso, temos o que os autores chamam de uma situação maximal.

Numa palavra, para conciliar a teoria de Russell e a intuição de que frases que contêm descrições incompletas podem expressar proposições verdadeiras, a teoria de Barwise e Perry apoia-se na ideia de que, em geral, a proposição que uma frase expressa deve ser interpretada em relação a um domínio de objetos mais restrito. Dessa forma, a teoria de Barwise e Perry dispensa inteiramente a noção sellersiana de elipse.

Embora seja uma tentativa interessante de conciliar a teoria de Russell às nossas intuições semânticas comuns, a teoria de Barwise e Perry está sujeita a resultados contraintuitivos (Soames, 1986/1998).

Imagine dois proferimentos (atributivos) de “o assassino é louco”. Um deles é feito por A ao descobrir o corpo de Smith e o outro, por B ao descobrir o corpo de Brown. Imagine ainda que Smith foi, de fato, assassinado por um louco, mas

que Brown pulou de cima de um prédio. Intuitivamente, A disse algo verdadeiro e B, algo falso. A teoria de Barwise e Perry explicaria isso da seguinte forma: A disse algo verdadeiro; pois, ao proferir “o assassino é louco”, ele se referiu a uma situação que continha apenas um assassino louco e B disse algo falso, pois ao proferir a mesma coisa ele se referiu a uma situação que não continha um assassino.

Se aceitarmos, porém, a teoria de Barwise e Perry, somos levados a um resultado aparentemente paradoxal: A disse algo verdadeiro e B disse algo falso, apesar de ambos terem expressado a mesma proposição, a saber: que há apenas um assassino e que ele é louco. Como a teoria de Barwise e Perry não envolve uma suplementação contextual da proposição expressa, ela não oferece mecanismos para diferenciar a proposição que A expressou da proposição que B expressou. Intuitivamente, esse resultado parece incorreto. A e B parecem ter expressado diferentes proposições: A parece ter expressado a proposição que há apenas um assassino de Smith e ele é louco e B, a proposição que há apenas um assassino de Brown e que ele é louco.

Aqui, as respostas explícitas mostram-se superiores. Elas não apenas são capazes de explicar por que A disse algo verdadeiro e B, algo falso; mas também explicar os diferentes conteúdos proposicionais que atribuímos aos proferimentos de A e de B. Portanto, do ponto de vista intuitivo, a teoria de Barwise e Perry mostra-se menos apropriada que a resposta de Sellars.

Outro problema com a abordagem implícita é que a fim de manter-se em acordo com nossas intuições, ela precisa fazer a interpretação de certas frases descritivas depender da denotação da descrição. Imagine que Smith foi assassinado por Jones e que B, ao encontrar o corpo de Smith, profere: “o assassino é louco” (suponha que B não tem a menor ideia acerca da identidade do assassino). De acordo com Barwise e Perry, a proposição que B expressou não deve ser interpretada em relação à (toda) realidade, mas em relação a um

fragmento dela, ou seja, uma situação. Para eles, B terá dito algo verdadeiro se, ao proferir “o assassino é louco”, ele se referiu a uma situação na qual há apenas um assassino e ele é louco.

Algo, porém, está faltando. Intuitivamente, possuir apenas um indivíduo que é assassino e que é louco não é suficiente para assegurar a verdade daquilo que B disse. Há inúmeras situações que contêm apenas um indivíduo que é tanto um assassino quanto um louco e que não parecem apropriadas para a interpretação do que B disse. Suponhamos que, ao proferir “O assassino é louco”, B se referiu a uma situação que contém apenas um assassino, Johnson, e que ele é louco. Nesse caso, B disse algo verdadeiro?

Se aceitarmos a teoria de Barwise e Perry, somos forçados a responder positivamente. Porém, de um ponto de vista intuitivo, seria mais natural responder negativamente: B não disse algo verdadeiro. Intuitivamente, B disse algo verdadeiro apenas se, ao proferir “o assassino é louco”, ele tiver se referido a uma situação que contém apenas um assassino que é louco e se esse assassino for Jones.

Assim, se quiser manter-se em acordo com nossas intuições, a teoria de Barwise e Perry deve admitir que a denotação da descrição desempenha algum papel semântico. Ela ajuda na identificação de uma situação apropriada para a interpretação de uma frase descritiva.

Esse resultado, entretanto, vai de encontro à teoria de Russell. De acordo com Russell, a interpretação de uma frase “o F é G” não depende da denotação da descrição “o F”. Para Barwise e Perry, embora a proposição que uma frase descritiva expressa seja objeto independente, sua interpretação deve ser, em parte, objeto dependente, pois ela deve depender da denotação da descrição.

Por fim, a abordagem implícita não consegue explicar apropriadamente certos exemplos. Considere o seguinte diálogo (Soames, 1986/1998, pp. 284-285).

B: “Estes canapés estão ótimos. Onde está o cozinheiro?”

C: “O cozinheiro está ajudando outro cozinheiro.”

Intuitivamente, C expressou uma proposição contingente e possivelmente verdadeira. Ele simplesmente afirmou que um cozinheiro (o cozinheiro que preparou aqueles canapés) está ajudando um outro cozinheiro. Porém, de acordo com a teoria de Russell, o proferimento de C expressou uma proposição necessariamente falsa, a saber: que há apenas um cozinheiro (no mundo) e ele está ajudando outro cozinheiro.

A abordagem explícita lida facilmente com tais exemplos. De acordo com ela, a descrição “o cozinheiro” foi usada no lugar de uma descrição não elíptica (como, por exemplo, “o cozinheiro que preparou estes canapés”). Assim, a proposição que C, de fato, expressou é que há apenas um cozinheiro que preparou estes canapés e ele está ajudando outro cozinheiro. Esta proposição é, sem dúvida, contingente e possivelmente verdadeira.

A abordagem implícita, entretanto, não é capaz de lidar com tais exemplos. Como ela não admite que a proposição que uma frase expressa seja completada pelo contexto de proferimento, ele é forçada a reconhecer que C expressou simplesmente a proposição prevista pela teoria de Russell (“que há apenas um cozinheiro (no mundo) e ele está ajudando outro cozinheiro”) e que a verdade ou falsidade dessa proposição dependerá da situação em relação à qual ela for interpretada. O problema é que tal situação não existe: nenhuma situação pode conter apenas um cozinheiro e dois cozinheiros. Logo, se assumimos a teoria de Barwise e Perry, somos forçados a aceitar que o proferimento de C expressa uma proposição (necessariamente) falsa. Este resultado é inaceitável.

En passant, vale notar que as objeções de Soames dependem da suposição de que descrições definidas codificam unicidade. Se essa suposição é abandonada, seus contraexemplos dissipam-se. Nesse caso, um proferimento de “o cozinheiro está ajudando outro cozinheiro” não expressará (em relação ao contexto do

proferimento) uma proposição necessariamente falsa, mas uma proposição potencialmente verdadeira, a saber: que um (certo) cozinheiro está ajudando um outro cozinheiro. Portanto, é possível manter a abordagem implícita, se estivermos dispostos a abandonar a ideia de que descrições definidas codificam unicidade. Voltaremos a esse ponto no capítulo 3.

Soames não foi o único a apontar problemas na abordagem implícita. Reimer (1998b) também identifica sérios problemas nela. Porém, diferentemente de Soames, o intuito de Reimer não é rejeitar a abordagem implícita, mas motivar uma versão superior dessa abordagem. Considere o seguinte exemplo. A fim de reformar seu apartamento, Smith contrata um carpinteiro e um eletricista. Para a infelicidade de Smith, o carpinteiro e o eletricista discutem todo o tempo e não conseguem se entender. No meio de uma dessas discussões, Smith recebe uma ligação de sua esposa. Ela pergunta como anda a reforma e ele responde: “O carpinteiro e o eletricista não conseguem se entender”.

Como vimos, a teoria de Barwise e Perry analisaria o proferimento de Smith da seguinte forma. Smith expressou a proposição geral, “que há apenas um carpinteiro e há apenas um eletricista e eles se detestam”, e essa proposição será verdadeira se, ao proferi-la, Smith se referiu a uma situação na qual há apenas um carpinteiro e apenas um eletricista e eles não conseguem se entender. Caso contrário, ela será falsa.

A primeira vista, portanto, Smith parece ter expressado uma proposição verdadeira; pois, considerando-se apenas o apartamento dele, é verdade que há apenas um carpinteiro e um eletricista e que eles não conseguem se entender.

Entretanto, suponha agora que o carpinteiro também é um eletricista e que o eletricista também é um carpinteiro. Nesse caso, será possível manter que Smith expressou uma proposição verdadeira? Considerando a teoria de Barwise e Perry, seríamos forçados a afirmar que Smith expressou uma proposição falsa, pois ele afirmou que há apenas um carpinteiro e que há apenas um eletricista em relação a uma situação que contém, de fato, dois carpinteiros e dois eletricistas.

Baseando-nos em exemplos como o anterior, podemos concluir que a abordagem implícita seria incapaz de lidar com o problema das descrições incompletas.

Reimer, entretanto, acredita que exemplos como o anterior são razão apenas para se abandonar uma versão ingênua da abordagem implícita. Ela acredita que uma versão modificada da abordagem implícita pode acomodar os exemplos em questão.

De acordo com Reimer, devemos restringir não apenas o domínio de objetos considerado, mas também as propriedades desses objetos. Para ela, apenas as propriedades conversacionalmente relevantes devem ser consideradas na interpretação de uma frase da forma “o F é G”.

Assim, embora a pessoa que Smith contratou como carpinteiro também seja um eletricitista e a pessoa que ele contratou como eletricitista também seja um carpinteiro, tais propriedades não são conversacionalmente relevantes. Portanto, elas não devem ser levadas em consideração quando interpretamos a proposição que uma frase expressa. Quando analisamos a frase “o carpinteiro e o eletricitista não conseguem se entender” dessa forma, obtemos os resultados esperados, pois do fato que o domínio de objetos em questão possui dois carpinteiros e dois eletricitistas não se segue que a frase em questão é falsa.

Devemos notar que Reimer não está se comprometendo com a ideia de que se uma propriedade não é conversacionalmente relevante, ela não existe. Obviamente, a existência de uma propriedade não depende de sua relevância conversacional. O que ela defende é que se uma propriedade não é conversacionalmente relevante, ela não deve afetar a verdade/falsidade daquilo que é dito.

Embora seja um progresso em relação à teoria de Barwise e Perry, a versão modificada da abordagem implícita de Reimer também encontra problemas. Primeiro, considere a relação entre a proposição que uma frase expressa e a relevância dessa proposição. É natural pensar que estas duas noções tratam de coisas bem diferentes. Considere o seguinte diálogo.

B: “Que horas são?”

C: “Bertrand Russell nasceu em 1872.”

Em princípio, a resposta de C é irrelevante. B queria saber as horas e não em que ano Russell nasceu. Esse fato, entretanto, não afeta a proposição que C expressou, a saber: “que Bertrand Russell nasceu em 1872”. Embora irrelevante, C expressou uma proposição verdadeira. Portanto, *prima facie*, a proposição que uma frase expressa não depende de sua relevância.

Podemos colocar essa ideia de outra forma. A noção de relevância não é semântica. Ela não diz respeito ao significado ou às condições de verdade de uma proposição. A relevância de uma proposição está relacionada às intenções conversacionais de falantes e de ouvintes em determinadas ocasiões de uso.

Entretanto, a versão modificada da abordagem implícita vai de encontro a isso. De acordo com a versão modificada da abordagem implícita, identificar a proposição que uma frase expressou envolve considerar a relevância conversacional dessa proposição. Em outras palavras, a versão modificada da abordagem implícita faz a proposição que uma frase expressa depender das intenções conversacionais de falante e ouvintes.

Esta não é uma objeção decisiva. Alguns autores (por exemplo, Neale, 2004; Récanati, 2004) não veem nenhum problema na ideia de que aquilo que é dito pode depender de aspectos conversacionais. Entretanto, como a maior parte do trabalho explicativo parece depender da noção de relevância, ela sugere que uma explicação apropriada do problema das descrições incompletas deve ser dada em termos inteiramente não semânticos. Essa ideia será explorada adiante.

Há, entretanto, razões mais sérias para se por em dúvida a versão modificada da abordagem implícita. Por exemplo, ela não é capaz de lidar com os exemplos de Lewis (1979) e Soames (1986/1998). Considere um proferimento de “o cão brigou com outro cão”. Aqui, a ideia de que, ao interpretar a proposição que uma frase expressa, devemos restringir não apenas o domínio de objetos considerados, mas também as propriedades desses objetos não auxilia a

abordagem implícita. A propriedade de ser um cão é relevante para os dois objetos em questão e, por isso, não há uma forma de desconsiderá-la e evitar a falsidade da proposição.

Outra séria razão para se duvidar da versão modificada da abordagem implícita encontra-se no fato de que ela não é capaz de lidar com os próprios exemplos que a motivaram (ou, melhor, com versões ligeiramente modificadas deles). Suponha que ao invés de “o carpinteiro e o eletricista não conseguem se entender”, Smith tivesse respondido: “o carpinteiro e o eletricista não conseguem se entender, pois o carpinteiro também é um eletricista.”

Aqui, o fato de que o carpinteiro também é um eletricista é conversacionalmente relevante (é por essa razão que os dois não conseguem se entender). Assim, ao interpretar este exemplo, não podemos desconsiderar o fato de que o carpinteiro também é um eletricista (ou seja, que o carpinteiro possui a propriedade de ser um eletricista).

Portanto, de acordo com a versão modificada da abordagem implícita, a frase “o carpinteiro e o eletricista não conseguem se entender, pois o carpinteiro também é um eletricista” expressaria uma proposição falsa, pois esta frase afirma que há apenas um eletricista em relação a um domínio que contém dois eletricistas (ambos conversacionalmente relevantes).

3.2

O argumento da semelhança com demonstrativos

O segundo argumento (ou família de argumentos) em favor da interpretação referencial de descrições baseia-se nas similaridades entre o uso referencial de descrições e o uso de expressões indexicais, principalmente de indexicais demonstrativos. Embora haja diferentes formulações, a ideia básica é esta: quando usada de modo referencial, uma descrição deve ser interpretada como um indexical. A ideia ganhou força nos anos setenta (cf. Kaplan, 1975/1997; Peacocke, 1975/1998) e mesmo um autor como Kripke concede que, no fim das contas, ela pode estar correta.

Indexicais são expressões cuja contribuição proposicional está intimamente relacionada ao contexto em que são proferidas e, em alguns casos, às intenções do falante. Expressões como “hoje”, “ontem”, “isto”, “aquilo”, “eu” e “você” são exemplos de indexicais.

É incorreto dizer que indexicais são expressões cujo significado linguístico depende de aspectos do contexto. A palavra “ontem”, por exemplo, tem sempre o mesmo significado, a saber: o dia (imediatamente) anterior ao de hoje. É apenas a sua contribuição proposicional que muda de um dia para o outro.

Considere os seguintes proferimentos:

(15) Ontem foi Natal. (proferida em 24/12)

(16) Ontem foi Natal. (proferida em 26/12)

Em ambos (15) e (16), o significado da palavra “ontem” permanece o mesmo. Apesar disso, em (15), a palavra “ontem” refere-se ao dia 23 de dezembro e, em (16), ela se refere ao dia 25 de dezembro. Consequentemente, (15) e (16) expressam diferentes proposições. (15) expressa a (falsa) proposição que dia 23 de dezembro é Natal e (16) expressa a proposição que dia 25 de dezembro é Natal.

Indexicais dividem-se em automáticos e intencionais (Perry, 1997). Um indexical é automático se o seu significado linguístico e o contexto do proferimento são suficientes para determinar a sua referência. Indexicais temporais como “hoje” e “ontem”, por exemplo, são automáticos. Dado o seu significado, “hoje” refere-se sempre ao dia em que ele é usado. Se usado no dia 31 de dezembro de 2010, “hoje” fará referência ao dia 31 de dezembro de 2010. Se usado no dia 1º. de janeiro de 2011, ele fará referência ao dia 1º. de janeiro de 2011 e assim por diante.

(Muito do que afirmei envolve um alto grau de simplificação. Suponha que hoje é dia 25 de abril e que o aniversário da minha namorada será amanhã. Como não sei se poderei vê-la amanhã, deixo o seguinte bilhete em cima da mesa: “Hoje é um dia muito especial! Parabéns!”. Nesse caso, é natural supor que a palavra “hoje” está sendo usada para se referir ao dia do aniversário dela (26) e não ao dia em que escrevi o bilhete, (25). Portanto, seria melhor dizer que a palavra “hoje” refere-se, em geral, ao dia em que foi proferida.

Além disso, alguém poderia se perguntar: “amanhã” é, de fato, uma expressão referencial? Se aceitamos que se referir a uma coisa envolve ser capaz de entreter pensamentos singulares sobre ela, então não podemos considerar a palavra “amanhã” uma expressão referencial. Afinal, não podemos entreter pensamentos singulares sobre algo que ainda não existe. Por causa disso, poder-se-ia argumentar que a palavra “amanhã” é simplesmente uma abreviação da descrição “o dia (imediatamente) depois de hoje” (cf. Kripke, 2005).)

Um indexical é intencional se as intenções do falante são necessárias para determinar a sua referência. Demonstrativos simples (palavras como “isso”, “isto”, “aquilo”) são indexicais intencionais. Por exemplo, para que o demonstrativos “aquilo” (em, digamos, “aquilo é um planeta”) faça referência a Vênus é necessário que, ao usá-lo, o falante tenha a intenção de se referir a Vênus.

Inspirando-se nos trabalhos de Kaplan (1989a/2007, 1989b/2007), muitos filósofos aceitam que demonstrativos são expressões (diretamente) referenciais: sua contribuição proposicional é apenas sua referência. Assim, a contribuição proposição de “aquilo” é apenas o planeta Vênus. Kaplan reconhece que, em geral, há um significado descritivo associado a expressões indexicais. A ideia,

entretanto, é que esse significado descritivo não faz parte da contribuição proposicional do demonstrativo. Por exemplo, parte do significado da palavra “aquilo” parece ser que o falante não está se referindo a uma pessoa. Isso explicaria a razão pela qual um proferimento de “aquilo é meu irmão” (ao invés de “aquele é meu irmão”) não seria, em geral, apropriado. Porém, a informação “que x não é uma pessoa” não faz parte da contribuição proposicional da palavra “aquilo” (cf. Kaplan, 1975/1997).

Muitos filósofos também aceitam a ideia de que algumas expressões são designadores rígidos. Segundo Kaplan, designadores rígidos são “expressões cuja a referência, uma vez determinada, é tomada como fixa em relação a todas as circunstâncias possíveis, i.e., [ela] é tomada como sendo o componente proposicional” (1989a/2007, p. 493). Portanto, se aponto para Vênus e digo: “aquilo poderia ser azul”, o meu proferimento será verdadeiro se houver ao menos uma circunstância possível (isto é, um mundo possível) onde Vênus for azul.

Demonstrativos complexos (ou descrições demonstrativas) são expressões compostas por um pronome demonstrativo seguido de um substantivo comum ou de uma locução substantiva, ou seja, expressões da forma “este F”, “esse F” e “aquele F” (por exemplo, “este homem”, “esse livro” “aquele indivíduo usando uma cartola”). A semelhança de descrições, chamaremos o substantivo (ou locução substantiva) que segue o demonstrativo de matriz do demonstrativo complexo. Assim, “homem” é a matriz de “este homem” e “indivíduo usando uma cartola”, a matriz de “aquele indivíduo usando uma cartola”.

A interpretação de demonstrativos complexos é assunto controverso em filosofia. Aqui, a maior parte dos filósofos segue Kaplan em tratá-los como expressões referenciais, cuja interpretação depende de gestos do falante (1989a/2007) ou das intenções do falante (1989b/2007).

Indexicais fazem um uso semântico do contexto. Há também usos não semânticos do contexto. A eliminação de uma ambiguidade é um exemplo de uso não semântico do contexto. Imagine que chego em casa e digo: “Droga! Esqueci meus documentos num banco”. Como a palavra “banco” é ambígua, meu proferimento pode expressar pelo menos duas proposições diferentes: (a) que eu esqueci minha carteira numa certa instituição financeira e (b) que eu esqueci

minha carteira num certo objeto de sentar. Nesse caso, o contexto pode ajudar o ouvinte a decidir o que eu quis dizer. Se hoje for domingo e estiver voltando de um passeio no parque, é natural que o ouvinte pense que o que quis dizer foi (b). Entretanto, se hoje for um dia de trabalho e o ouvinte souber que estou tentando conseguir um empréstimo bancário, ele provavelmente pensará que o que eu quis dizer foi (a).

Figuras de linguagem também são um exemplo de uso não semântico do contexto. Imagine que hoje, pela enésima vez, Smith chega ao trabalho atrasado. O chefe de Smith vai a sua mesa e diz: “Pelo que vejo, pontualidade é o seu forte”. Dado o contexto, é óbvio que o chefe de Smith está sendo irônico e que o que ele quis dizer era o contrário do que ele disse, a saber: que pontualidade não é o ponto forte de Smith.

Adiante, argumentaremos que descrições definidas fazem uso do contexto, porém de forma não semântica.

Vários autores argumentaram que descrições usadas referencialmente devem ser tratadas como expressões indexicais. Salmon (2004), por exemplo, já atribui essa ideia a Donnellan (1966/1998). Abbott (2010) recua ainda mais e atribui essa ideia a Strawson (1950/1998).

Pode-se argumentar, entretanto, que a ideia foi colocada de forma mais ou menos explícita apenas no artigo “Proper Names, Reference and Rigid Designation” (Peacocke, 1975/1998).

Nele, o autor defende que, em alguns casos, descrições definidas são capazes de designar rigidamente certos objetos e propõe um teste para reconhecer tais casos: se a proposição expressa por uma frase da forma “o F é G” puder ser, de forma estrita e literal, expressa por uma frase da forma “aquele F é G”, então a descrição “o F” foi usada como um designador rígido. Portanto, a contribuição

proposicional de descrições definidas usadas referencialmente é a mesma que a do demonstrativo complexo “aquele F”.

A ideia de Peacocke, entretanto, parece repousar sobre um equívoco. Do fato de que vários usos de descrições definidas “o F” podem, em certas ocasiões, ser substituídas pelas respectivas descrições demonstrativas “aquele F”, não se segue que elas são semanticamente equivalentes. Considere frases da forma “se p, então q”. É um fato conhecido que, em várias ocasiões, uma frase dessa forma pode ser substituída por “q se, e somente se, p”, sem nenhuma alteração daquilo que o falante quis comunicar. Imagine uma pessoa que profere, por exemplo, “se você cortar a grama, receberá 10 dólares”. Ela poderia, se quisesse, ter comunicado a mesma coisa se tivesse proferido “você receberá 10 dólares se, e somente se, cortar a grama”. Isso mostra que, em certas ocasiões, frases da forma “se p, então q” significam o mesmo que frases da forma “q se, e somente se, p”? Certamente, não. Mostra apenas que frases, expressões, etc. de diferentes significados podem (explorando certos princípios conversacionais) ser usadas para comunicar a mesma coisa (Grice, 1991). Portanto, meras considerações acerca do uso de descrições não são suficientes para estabelecer fatos acerca do seu significado.

(Chateaubriand, em comunicação pessoal, 07 maio 2012, rejeita a analogia. Ele chama a atenção para o fato de que “você receberá 10 dólares se cortar a grama” também pode ser usada como se o condicional em questão fosse um condicional material. Isso é verdade, mas não vai de encontro ao que defendemos. O ponto da analogia é apenas sugerir que fatos acerca do uso de uma expressão (p. ex., “o/a”, “se”, etc.), não são suficientes para determinar sua semântica).

Alguns autores, entretanto, argumentaram que a ideia de que descrições usadas de forma referencial funcionam como indexicais não se apóia simplesmente em considerações acerca do uso, mas também em considerações teóricas mais gerais.

Na seção anterior, examinamos o argumento da indeterminação proposicional de Wettstein. De acordo com esse argumento, se aceitarmos que a contribuição proposicional de uma descrição incompleta corresponde à contribuição de uma descrição completa que o falante poderia ter produzido, então somos forçados a aceitar que a contribuição proposicional de uma descrição incompleta é indeterminada (pois há várias descrições completas que o falante poderia ter produzido e, em geral, não há apenas uma descrição que o ouvinte poderia identificar como a correta). Entretanto, esse resultado é inaceitável, pois temos uma clara intuição de que tais frases expressam proposicionais determinadas.

Para Wettstein, a única forma de evitar esse resultado é reconhecer que no uso referencial, descrições funcionam como termos singulares. Mais precisamente, no uso referencial, descrições funcionam como expressões indexicais: expressões que exibem um alto grau de sensibilidade contextual e cuja contribuição proposicional é esgotada pelo objeto ao qual o falante quer se referir. Wettstein assume aqui uma concepção milliana de indexicais (Wettstein, 1979, 1981/1998).

De acordo com essa concepção, se uma expressão indexical refere-se a um certo objeto, então ela se refere a ele diretamente. Não é necessário que o objeto em questão satisfaça (unicamente) a uma determinada propriedade. A concepção milliana de indexicais acarreta consequências importantes. Primeiro, se uma expressão indexical refere-se a um certo objeto, então ela se refere a ele rigidamente, ou seja, ela se refere a ele em todos os mundos possíveis (ou, pelo menos, refere-se a ele em todos os mundos possíveis em que ele existe). Segundo, se “b” for uma expressão indexical e “... é P” for um predicado (unário), então “b é P” pode ser usada para expressar uma proposição singular, a saber: $\langle b, P \rangle$ (onde P é uma propriedade e b, o próprio indivíduo designado por “b” (Kaplan, 1975/1997).

Assim, para Wettstein, quando uma pessoa aponta para uma determinada mesa e diz “A mesa é marrom”, ela expressa a mesma proposição singular que alguém que, nas mesmas circunstâncias, dissesse, “Ela é marrom” ou “Aquilo é

marrom”. Esta proposição singular conteria apenas a mesa em questão e a propriedade de ser marrom.

Imagine que Jones é louco, mas inocente da morte de Smith e que o verdadeiro assassino de Smith não é louco. Imagine agora uma pessoa que, observando o comportamento de Jones, profere: “O assassino é louco”. A proposição que a frase expressou é verdadeira ou falsa? Para Wettstein, a frase expressou uma proposição verdadeira, pois o falante queria se referir a Jones e atribuir a ele a propriedade de ser louco.

Nesse contexto, a frase “O assassino é louco” expressou a mesma proposição que “Aquele indivíduo (Jones) é louco” e o fato de que o verdadeiro assassino de Smith não é louco não afeta as condições de verdade da proposição que a frase expressou.

O problema da indeterminação proposicional desaparece quando assimilamos descrições usadas referencialmente a demonstrativos millianos. Se a descrição “o F” for usada para se referir a um objeto b, então a frase “O F é G” expressará uma proposição determinada, a saber: “que b é G”. Nesse caso, o papel do contexto não seria revelar uma propriedade F* que apenas b satisfaz. O papel do contexto seria revelar o próprio b, ou seja, o indivíduo ao qual o falante queria se referir.

Salmon (1982) rejeita a ideia de Wettstein de que descrições definidas incompletas funcionam como demonstrativos. Salmon argumenta que se aceitarmos que descrições incompletas funcionam como demonstrativos (e, portanto, como expressões referenciais), seremos levados a resultados intuitivamente incorretos. A fim de ilustrar este ponto, ele apresenta três contraexemplos à tese de que descrições usadas referencialmente funcionam como demonstrativos.

PRIMEIRO EXEMPLO

Imagine uma pessoa que, referindo-se a Jones, profere: “O assassino é louco”. De acordo com a teoria de Wettstein, essa pessoa expressou a proposição

singular “que Jones é louco”. Ora, esta proposição será verdadeira em todos os mundos possíveis em que Jones for louco, mesmo naqueles em que Jones é louco, mas Smith está vivo e não há assassinos. O problema é que a frase “o assassino é louco” não parece capaz de expressar uma proposição verdadeira em relação a um mundo onde não há assassinos! (cf. Salmon, 1982, pp. 42-43).

Quando Wettstein se compromete com a ideia de que um proferimento de “o assassino é louco” é capaz de expressar uma proposição singular, ele também está se comprometendo com a ideia de que a descrição “o assassino” refere-se diretamente a Jones. Como vimos, demonstrativos possuem certas propriedades modais, como rigidez. Se uma expressão “b” refere-se diretamente a b, então ela se refere rigidamente a b, ou seja, ela se refere a b em todos os mundos possíveis (ou, pelo menos, refere-se a b em todos os mundos possíveis em que b existe). Podemos chamar a esse problema de problema da rigidez indesejada.

SEGUNDO EXEMPLO

Imagine uma mulher que lê a seguinte manchete de jornal: “Assassino continua solto”. Ao lado da manchete, encontra-se a foto do seu jardineiro, Jones. Ela se dirige ao marido e profere: “Veja! O jardineiro é o assassino!” (apontando para a foto de Jones no jornal).

Se, como afirma Wettstein, a contribuição proposicional de uma descrição usada referencialmente fosse esgotada pelo objeto ao qual o falante quer se referir, então o proferimento acima expressaria simplesmente a proposição “que Jones é (idêntico a) Jones”. Em outras palavras, “O jardineiro é o assassino” seria tão informativo quanto um proferimento de “ele é ele” (no qual ambas as ocorrências do pronome referem-se a Jones).

Há vários problemas aqui. Primeiro, a proposição expressa por “o jardineiro é o assassino” parece ser mais informativa que a proposição expressa por “ele é ele” (ou “este homem é aquele homem”), nas mesmas circunstâncias. Além disso, um proferimento de “o jardineiro é o assassino” expressa, na melhor das hipóteses, uma verdade contingente. Entretanto, a proposição que Jones é (idêntico a) Jones não é uma verdade contingente. Se a proposição que Jones é

idêntico a Jones é verdadeira, então ela é necessariamente verdadeira. (Kripke, 1980).

TERCEIRO EXEMPLO

Por fim, imagine uma pessoa que, referindo-se a Jones, proferisse: “O assassino tirou a vida de alguém. Não podemos nos esquecer disso”.

Se a frase “O assassino tirou a vida de alguém” expressasse a proposição singular “que Jones tirou a vida de alguém”, então ela expressaria uma proposição ao mesmo tempo contingente e informativa. Porém, de um ponto de vista estritamente semântico, a frase “O assassino tirou a vida de alguém” é tão analítica quanto “O solteiro ainda não se casou”. Devemos reconhecer que frases analíticas (ou quase analíticas) podem ser usadas para *comunicar* proposições informativas. A frase “No man is an island”, por exemplo, pode ser usada para comunicar algo informativo e interessante a respeito da natureza humana. A proposição que essa frase *expressa*, entretanto, é pouco ou nada informativa.

Portanto, conclui Salmon, descrições não são expressões indexicais e frases da forma “o F é G” não expressam proposições singulares. Salmon concede (contra Sellars) que, em geral, é incorreto pensar que descrições incompletas são elípticas e que, em cada proferimento de uma descrição incompleta “o F”, há apenas uma descrição completa “o F que é H” que é dada pelo contexto do proferimento. Entretanto, enfatiza Salmon, o conteúdo de uma descrição, por menor que seja, deve fazer parte de sua contribuição proposicional. Assim, parte daquilo que uma frase da forma “o F é G” expressa deve necessariamente envolver a propriedade de ser um F.

Reimer (1998c) também defende uma interpretação indexical do uso referencial de descrições. Porém, sua caracterização do uso referencial diverge em aspectos importantes daquela oferecida por Wettstein.

Vimos que Donnellan defende que uma descrição “o F” pode ser usada para se referir a um objeto que não seja F (por exemplo, a descrição “o assassino” pode

ser usada para se referir a Jones, mesmo que ele nunca tenha matado ninguém) e, dessa forma, para expressar algo verdadeiro a seu respeito.

Vimos também que Wettstein mantém-se neutro nesse ponto. Para ele, podemos caracterizar o uso referencial sem nos comprometer com a tese donnellaniana de que uma descrição pode se referir a um objeto mesmo que ela o descreva de forma incorreta.

Wettstein, entretanto, deixa uma importante questão sem resposta: se, como ele afirma, a contribuição proposicional de uma descrição usada referencialmente é apenas o objeto ao qual o falante quer se referir, qual é o papel semântico desempenhado pela matriz da descrição? Considerando aquilo que Wettstein escreveu, a resposta parece ser “nenhum”.

Aqui, Reimer concorda com Salmon que uma teoria das descrições que não atribui nenhum papel semântico ao conteúdo expresso pela matriz da descrição não pode estar correta. Entretanto, ela acredita que é possível oferecer uma caracterização do uso referencial no qual a matriz da descrição desempenha um papel semântico. Vista dessa maneira, a teoria de Reimer é uma tentativa de conciliar as ideias de Donnellan e Wettstein e algumas das objeções de Salmon.

A teoria de Reimer pode ser apresentada como se segue. No uso referencial, um proferimento de “o F é G” expressará a proposição singular “que x é G” (x é o objeto ao qual o falante quer se referir) desde que a seguinte condição seja satisfeita: que x seja F e que nada além de x seja F. Essa condição, entretanto, deve ser satisfeita em relação ao contexto conversacional do proferimento. Se tal condição não for satisfeita, o proferimento de “o F é G” não terá expressado (literalmente) nenhuma proposição.

A matriz da descrição definida desempenha um papel semântico na teoria de Reimer. Mais especificamente, a matriz da descrição definida funciona como uma espécie de pressuposição (no sentido de Strawson, 1950/1998, 1952): o conteúdo expresso pela matriz da descrição não faz parte da proposição que o falante expressa. Porém, se o objeto em questão não satisfaz unicamente a esse conteúdo, o falante não será capaz de expressar uma proposição.

Esta é uma modificação engenhosa. Ela permite conciliar a ideia de que a matriz da descrição deve desempenhar algum papel semântico e a ideia de que a contribuição proposicional de uma descrição pode ser apenas um objeto. Agora, um proferimento de “o assassino é louco” pode expressar a proposição “que Jones é louco” se, e somente se, o falante estiver se referindo a Jones e ele for, em relação ao contexto do proferimento, o único assassino.

Antes de continuar, devemos fazer alguns esclarecimentos. Primeiro, vimos que a teoria de Reimer envolve certa condição, a saber: um proferimento de “o F é G” expressará a proposição “que x é G desde que x seja F e que nada além de x seja F, em relação ao contexto do proferimento. Porém, o que significa “em relação ao contexto do proferimento”? Para entender o que isso quer dizer, considere o seguinte exemplo. Imagine que o diretor escolar chama a mãe de uma certa aluna para uma reunião. O motivo da reunião é o mau comportamento da filha. Depois da reunião, alguém pergunta como foi a reunião. O diretor responde: “Bem, a filha parecia arrependida”. Obviamente, o diretor comunicou uma proposição sobre a aluna e não sobre a mãe da aluna. O fato de que a mãe também é filha (de alguém) não afeta aquilo que o diretor quis dizer. Portanto, a descrição “a filha” foi usada para se referir a quem quer que fosse filha e apenas a ela em relação ao contexto em que ela foi usada.

Segundo, mesmo quando nenhuma proposição é expressa (seja porque nada é F, seja porque há mais de um F), nada impede o falante de comunicar uma proposição sobre o objeto que ele tem em mente. Imagine que Jones é inocente, mas que eu não acredito nisso. Imagine ainda que eu aponte para ele e diga: “o assassino continua livre”. Embora eu não tenha expressado nenhuma proposição, eu provavelmente terei comunicado a proposição “que Jones [ainda] está livre”.

Reimer argumenta que condições similares aplicam-se às demais expressões indexicais. Considere o pronome pessoal “ela”. Em certo sentido, não podemos usar o pronome “ela” para nos referirmos a uma pessoa do sexo masculino. Se considerarmos apenas seres humanos, podemos dizer que o pronome “ela” é convencionalmente usado para se referir a pessoas do sexo feminino (e apenas a elas).

Imagine uma pessoa que aponta para Jones e, por engano, profere: “Ela é alta”. De acordo com Reimer, a pessoa em questão não terá expressado nenhuma proposição, pois o indivíduo ao qual ela quis se referir, Jones, não satisfaz à condição que associamos ao pronome “ela”: a de ser uma pessoa do sexo feminino. Apesar disso, Reimer reconhece que a pessoa em questão pode comunicar a proposição “que Jones é alto”.

Reimer acredita que sua maneira de caracterizar o uso referencial é superior a de Donnellan em dois aspectos. Primeiro, ela mantém que frases da forma “o F é G” podem ser usadas para expressar proposições singulares, sem se comprometer com a tese (pouco intuitiva) de Donnellan de que tais frases podem expressar proposições verdadeiras mesmo quando a referência do falante não é um F.

Segundo, a caracterização do uso referencial de Reimer é mais geral que a de Donnellan. Se aceitarmos a caracterização que Donnellan faz do uso referencial, somos forçados a tratar descrições como expressões indexicais muito particulares: expressões que estão sempre associadas a um determinado significado linguístico (representado pela matriz da descrição), embora este significado não desempenhe nenhum papel semântico (ele não faz parte da contribuição proposicional da descrição e não determina a referência do falante/da descrição). Na caracterização de Reimer, o significado linguístico de descrições desempenha um papel semântico semelhante àquele desempenhado pelo significado linguístico de indexicais: ele estabelece certas condições que a expressão deve satisfazer a fim de poder se referir a um objeto.

Devemos notar que isso não quer dizer que para Donnellan a matriz da descrição não desempenha nenhum papel. Para ele, a matriz da descrição desempenha um papel pragmático. Sua função é ajudar o ouvinte a identificar a referência do falante. A identificação da referência do falante faz uso de princípios conversacionais. O conteúdo da descrição e a suposição que o falante está observando o princípio da cooperação guiam o ouvinte na identificação de um objeto.

Antes de prosseguir, precisamos notar o seguinte. Ao contrário do que Reimer afirma, é inteiramente possível assimilar descrições referenciais a expressões indexicais, sem abandonar as intuições de Donnellan. Larson e Segal,

por exemplo, tratam expressões indexicais de forma perfeitamente compatível com a maneira como Donnellan trata descrições definidas. Considere o pronome “ela”. Para Larson e Segal, a contribuição proposicional do pronome “ela” (no seu uso dêitico) é simplesmente o objeto que ele designa. Portanto, a informação de gênero associada ao pronome é “semanticamente inerte, mesmo que pragmaticamente útil em muitos casos” (1995, p. 213).

Essa análise de indexicais tem consequências interessantes. Considere o exemplo de Reimer acima (alguém aponta para Jones e, por engano diz: “Ela é alta”). De acordo com Larson e Segal, nessa situação, o falante expressará a proposição singular “que Jones é alto” e comunicará a (falsa) proposição “que Jones é uma mulher”. À semelhança de Donnellan, o erro do falante não o impede de expressar uma proposição verdadeira sobre um objeto.

Na verdade, as coisas são mais complicadas. Até agora lidamos apenas com seres humanos. Porém, como lidar com casos nos quais o gênero das palavras é uma questão meramente gramatical? Imagine uma pessoa estrangeira que pensa que “mesa” é uma palavra masculina. Imagine que ela aponta para uma mesa e diz “Ele está coberto de livro”. Nesse caso, diríamos que ela não expressou nenhuma proposição? Poder-se-ia argumentar que a restrição é vácuca ou meramente gramatical.

Outro problema é que há casos em que a concordância do pronome é anafórica. Considere o seguinte diálogo.

B: “Há uma pessoa querendo falar com você.”

C: “Onde ela está?”

B: “Ela (apontando para Jones) está sentada logo ali”

Embora Jones seja um homem, o pronome “ela” está sendo usado para se referir a ele. E, aparentemente, não há nada de errado com isso. A razão é simples: embora o pronome “ela” tenha sido usado de forma referencial, o pronome

também foi usado de forma anafórica. Ou melhor, a sua concordância foi feita de forma anafórica. Nesse caso, o pronome “ela” concordou com a palavra “pessoa” (feminino) e não com o gênero da sua referência, Jones (masculino).

Além disso, a caracterização de descrições referenciais como indexicais é deixada num nível muito geral. Autores com Peacocke, Kripke e Devitt são bem claros no que diz respeito à relação entre descrições definidas e indexicais. No uso referencial, a descrição “o F” funciona como o demonstrativo “aquele F”. Não é claro o que Reimer pensa sobre essa relação.

Obviamente, descrições definidas não podem, na teoria de Reimer, ser tratadas como se fossem indexicais puros, pois o contexto não determina automaticamente os objetos aos quais elas se referem. Há também razões para se pensar que elas não podem ser tratadas como demonstrativos complexos. Na análise de Reimer, a descrição “o F” pode se referir a um objeto apenas se ele for, em relação ao contexto do proferimento, o único F. Demonstrativos complexos não estão sujeitos a essa condição: “aquele F” pode se referir a um objeto mesmo que ele não seja o único F. Como seu único exemplo é “Ela é alta”, isso sugere que ela vê descrições referenciais como demonstrativos simples. Esse resultado também seria problemático, pois há importantes diferenças entre demonstrativos simples e descrições. A mais óbvia está ligada à possibilidade de ambiguidades de escopo. Em geral, supõe-se que descrições podem produzir tais ambiguidades, mas demonstrativos simples não podem.

Outro problema com a teoria de Reimer é que ela não é capaz de explicar certas inferências (Devitt, 2004). Considere, por exemplo, uma inferência do tipo “O F é G. Logo, algo é F.” (onde a descrição “o F” foi usada referencialmente). Intuitivamente, a inferência é válida. Porém, de acordo com a teoria de Reimer, ela não deveria ser (a premissa expressa, no máximo, a proposição “que x é G”). Considere o exemplo a seguir. Novamente, suponha que a descrição definida foi usada referencialmente.

(16) O assassino de Smith enlouqueceu. Logo, alguém assassinou Smith.

(17) Ele/Jones enlouqueceu. Logo, alguém assassinou Smith.

Como a descrição “o assassino de Smith” em (16) foi usada referencialmente, sua contribuição proposicional deveria, para Reimer, ser apenas um indivíduo, a saber: Jones. Portanto, não deveria haver diferença entre o que é dito em (16) e (17) e, conseqüentemente, entre a validade de (16) e de (17). O problema é que, enquanto (16) é válido, (17) obviamente não é.

Suponha que mentir seja dizer algo falso (isto é, expressar uma proposição falsa) com a intenção de enganar. Se isso for mentir, alguém que usa a descrição “o F” referencialmente, numa ocasião em que nada é F, não pode estar mentindo. Suponha que Smith cometeu suicídio e que, apesar disso, Jones está sendo julgado pela sua morte. Suponha também que uma das testemunhas, Mary, deseja incriminar Smith. Durante o julgamento, o advogado de acusação pergunta a Mary se ela poderia indicar o assassino de Smith. Apontando para Jones, ela responde: “Sim. O assassino de Smith está sentado logo ali”. Ora, intuitivamente, Mary mentiu. Ela disse algo falso com a intenção de enganar.

Entretanto, se seguirmos a análise de Reimer, não poderemos afirmar que Mary mentiu. Como vimos, mentir envolve, pelo menos em parte, dizer algo falso, isto é, expressar uma proposição falsa. Como a descrição “o assassino de Smith” foi usada para se referir a Jones e como ninguém assassinou Smith, Mary não expressou uma proposição falsa. Ora, se ela não expressou uma proposição falsa, ela não mentiu. Esse resultado parece inaceitável. Não há dúvida que Mary mentiu. Ela não apenas comunicou uma proposição falsa. Ela expressou uma proposição falsa.

As modificações de Reimer não são suficientes para evitar os contraexemplos de Salmon. Considere o primeiro contraexemplo de Salmon. Se, no uso referencial, a frase “o assassino é louco” fosse capaz de expressar a proposição “que Jones é louco”, então ela seria capaz de expressar uma proposição verdadeira em relação a um mundo onde Jones é louco, mas não há assassinos. Porém, a frase “o assassino é louco” não parece capaz de expressar uma proposição verdadeira em relação a esse mundo. Entretanto, o mesmo parece aplicar-se à teoria de Reimer. Se uma pessoa profere “o assassino é louco” com a intenção de se referir a Jones e se Jones for tanto louco como o único assassino

(em relação ao contexto do proferimento), então a pessoa terá expressado a proposição “que Jones é louco”. Note que a proposição que o falante expressou pode ser verdadeira num mundo onde não há assassinos, pois a condição de Reimer aplica-se apenas ao mundo atual, isto é, ao mundo em que o proferimento foi feito. Considerações similares podem ser estendidas aos outros contraexemplos.

Devitt (2004) também defende que o uso referencial de descrições definidas deve ser explicado em termos de indexicalidade. Em particular, ele defende que descrições definidas usadas de forma referencial devem ser assimiladas aos seus respectivos demonstrativos complexos.

Devitt argumenta que a comparação entre o uso convencional de demonstrativos complexos e o de descrições definidas usadas referencialmente sugere que estas também são expressões referenciais.

O seu argumento está baseado em duas observações. Primeira, é possível trocar uma descrição definida por um demonstrativo complexo “sem custo aparente para nosso objetivo de comunicar pensamentos singulares” (Devitt, 2004, p. 288; veja também Peacocke, 1975/1998). Em outras palavras, se uma descrição definida for usada referencialmente, será possível substituí-la por um demonstrativo complexo sem, com isso, afetar a proposição singular que se quer transmitir. Quando digo, por exemplo, “A mesa está coberta de livros” comunico uma proposição singular sobre uma mesa. O mesmo acontece quando digo “Aquela mesa está cheia de livros”. Para Devitt, isso sugere que o uso referencial de descrições definidas é convencional, tão convencional quanto o uso referencial de demonstrativos.

A segunda observação diz respeito à semelhança que há entre os mecanismos de referência de ambas as expressões. De acordo com Devitt, a determinação da referência de descrições definidas e de demonstrativos complexos envolve basicamente os mesmos processos (1974, 1981a, 1981b). O falante pode usar uma descrição ou um demonstrativo para se referir a um objeto, desde que ele tenha em mente o objeto. Para ter um objeto em mente é necessário que haja uma cadeia causal entre o falante e o objeto ao qual ele quer se referir. Essa relação pode ter se iniciado com a percepção do objeto. Dessa forma, a

identificação da referência de ambos descrições e demonstrativos depende da existência uma cadeia causal apropriada.

Entretanto, ter em mente um indivíduo e desejar se referir a ele não são suficientes para garantir a referência de uma descrição definida ou de uma descrição demonstrativa. É necessário que a referência de ambos "aquele F" e "o F" seja um F. Assim, as descrições "o assassino" e "aquele assassino", por exemplo, não podem ser usadas para se referir a uma pessoa que nunca assassinou ninguém.

Em certo sentido, portanto, a teoria de Devitt é superior à teoria de Wettstein. Como vimos, a teoria de Wettstein afirma que descrições usadas referencialmente funcionam com indexicais. Quando uma descrição "o F" é usada para se referir a um objeto, sua contribuição proposicional é apenas esse objeto. Entretanto, devemos notar que a teoria de Wettstein simplesmente assume que os falantes são capazes de usar descrições para se referir a determinados objetos. Ela não explica como isso acontece. A teoria deixa os (supostos) mecanismos de referência de descrições sem uma explicação. Ao longo do texto, as considerações de Wettstein sobre a referência de descrições permanecem basicamente num nível metafórico (p. ex., "o contexto revela o objeto para o ouvinte").

Prima facie, isso não é uma objeção à teoria de Wettstein. Poder-se-ia argumentar (corretamente) que sua teoria é uma teoria do significado de descrições definidas e que não cabe a uma teoria do significado explicar como se dão os mecanismos de referência de descrições definidas.

Entretanto, alguém também poderia argumentar que uma teoria (semântica) do uso referencial de descrições que é acompanhada por uma teoria da referência é preferível a uma teoria que não é acompanhada por uma tal teoria. É nesse sentido que a teoria de Devitt é superior à de Wettstein, pois ela combina uma teoria da contribuição proposicional de descrições e uma teoria da referência dessas expressões.

Outro aspecto importante da teoria de Devitt é que ela busca evitar alguns resultados contraintuitivos que afligem a teoria de Wettstein. Como vimos, Salmon defende que não devemos tratar descrições como expressões referenciais,

pois, se o fizermos, seremos forçados a aceitar que frases “o F é G” expressam proposições que podem ser verdadeiras em situações contrafactuais nas quais nada é F. Em outras palavras, se tomarmos descrições definidas como expressões, então devemos considerá-las também designadores rígidos. Porém, como argumenta Salmon, há poucas razões para se pensar que descrições são tal tipo de expressão.

Antes de prosseguir, vale dizer algumas palavras sobre a noção de designação rígida. Designadores rígidos são expressões que se referem ao mesmo objeto em todos os mundos possíveis (em que ele existe) e nada além dele. A expressão foi cunhada por Kripke (1980), para contrastar nomes próprios e descrições definidas. Para ele, nomes próprios são designadores rígidos e descrições definidas são - em geral - designadores não rígidos (ou acidentais).

Parte da motivação de Kripke reside em considerações do seguinte tipo. Mesmo quando é verdade que a descrição “o F” denota o mesmo objeto que “b” designa (por exemplo, “Aristóteles” e “o último grande filósofo da antiguidade”), frases da forma “o F é G” e “b é G” estão associadas a diferentes condições de verdade. Isso se torna claro quando comparamos tais frases em situações contrafactuais.

Considere, por exemplo, as frases “Aristóteles poderia ter nascido em Atenas” e “O último grande filósofo da antiguidade poderia ter nascido em Atenas”. Mesmo supondo que Aristóteles foi o último grande filósofo da antiguidade, é fácil ver que as condições de verdade que associamos a essas frases são bem diferentes.

Intuitivamente, “Aristóteles poderia ter nascido em Atenas” será verdadeira se houver ao menos um mundo possível (isto é, uma situação contrafactual) onde Aristóteles nasceu em Atenas. Porém, “O último grande filósofo da antiguidade poderia ter nascido em Atenas” será verdadeira se houver ao menos um mundo possível onde o último grande filósofo da antiguidade nasceu em Atenas. Em princípio, a verdade desta frase não depende sequer da existência de Aristóteles. Colocando de outra forma, as condições de verdade de “Aristóteles poderia ter nascido em Atenas” dependem de Aristóteles de uma maneira que as condições de “O último grande filósofo da antiguidade poderia ter nascido em Atenas” não dependem. Logo, conclui Kripke, o nome “Aristóteles” não equivale

(semanticamente) a descrição “o último grande filósofo da antiguidade”. Podemos generalizar essa ideia e afirmar que, em geral, nomes não equivalem a descrições.

Podemos agora retornar a teoria de Devitt. Apesar das diferenças, Devitt concorda com Salmon em um ponto: não devemos considerar descrições usadas referencialmente designadores rígidos. Elas não se referem ao mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis. Porém, disso não se segue que elas sejam meros designadores não rígidos. Para Devitt, descrições definidas usadas referencialmente são designadores fracamente rígidos (*weakly rigid*). Mas o que significa dizer que descrições usadas referencialmente são designadores fracamente rígidos?

Devitt oferece a seguinte explicação. Uma descrição “o F” é fracamente rígida apenas se ela designa o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis em que ele existe e se o indivíduo em questão é F em tais mundos. Assim, uma pessoa que, referindo-se a Jones, profere “o assassino de Smith é louco”, expressa uma proposição sobre Jones que será verdadeira apenas nos mundos em que ele for louco e tiver assassinado Smith.

Dessa forma, a teoria de Devitt é capaz de manter a ideia que frases da forma “o F é G” são usadas para expressar proposições singulares, evitando, porém as objeções levantadas por Salmon (1982).

O principal problema com a noção de rigidez fraca é que ela é “ad hoc”. Sua motivação parece ser apenas evitar resultados contraintuitivos que se seguem da interpretação referencial de descrições. Em particular, ela evitaria que, no uso referencial, frases da forma “o F é G” possam expressar proposições verdadeiras em mundos em que nada é F. Resumindo, não há nenhuma motivação teórica independente para introduzir a noção de rigidez fraca (exceto, é claro, “salvar” a teoria).

Há várias dificuldades associadas ao argumento da comparação com demonstrativos complexos de Devitt. A primeira, e mais óbvia, é que nem sempre é possível intercambiar descrições definidas usadas referencialmente e demonstrativos complexos sem alterar aquilo que se quer comunicar. Suponha, por exemplo, que há vários livros sobre uma mesa e que eu aponto para um deles

e digo: “Eu ainda não li aquele livro”. Nesse caso a substituição da descrição “aquele livro” por “o livro” resultaria em “Eu ainda não li o livro”, um proferimento “pragmaticamente anômalo”, para usar a expressão de Bach (2004).

Outro exemplo que mostra basicamente a mesma coisa é dado por King (2001). Considere as frases “Aquele carro é mais bonito que aquele carro” e “O carro é mais bonito que o carro”. É fácil ver que a primeira frase pode ser naturalmente usada para se referir a dois carros diferentes, enquanto que a segunda não pode. Ora, se houvesse uma correspondência entre descrições usadas referencialmente e demonstrativos complexos, isso não deveria ocorrer.

Observe que a impropriedade de “O carro é mais bonito que o carro” não resulta simplesmente da incapacidade do ouvinte em saber qual dos carros é mais bonito e qual não é. Mesmo que o proferimento de “O carro é mais bonito que o carro” seja acompanhado pelo ato de apontar para um determinado carro, seguido pelo ato de apontar para outro carro, o problema não desaparece. Embora os gestos do falante possam ajudar o ouvinte a identificar a proposição que ele (o falante) quer comunicar (“que aquele carro é mais bonito que aquele outro carro”), o proferimento em questão ainda permanecerá anômalo.

Alguém poderia tentar explicar a diferença entre “Aquele carro é mais bonito que aquele carro” e “O carro é mais bonito que o carro” da seguinte forma. Um proferimento de “O carro é mais bonito que o carro” seria inapropriado porque cada ocorrência da descrição “o carro” implica que há apenas um carro (ou que há apenas um carro em relação ao contexto do proferimento), enquanto que o proferimento sugeriria que o falante está se referindo a dois carros diferentes. Isso não acontece com “Aquele carro é mais bonito que aquele carro”, pois ocorrências de “aquele carro” não implicam que há apenas um carro. Em outras palavras, um proferimento de “O carro é mais bonito que o carro” seria inapropriado por causa da implicação de unicidade que associamos a descrições definidas, mas que não associamos a demonstrativos complexos.

Todavia, não é a implicação de unicidade da descrição que torna um proferimento de “O carro é mais bonito que o carro” inapropriado. Se fosse, não haveria nenhum problema com a frase “um carro é mais bonito que um carro”.

Entretanto, um proferimento “um carro é mais bonito que um carro” não parece aceitável também.

A melhor maneira de explicar a diferença entre as frases “Aquele carro é mais bonito que aquele carro” e “O carro é mais bonito que o carro” é a seguinte. As intenções referenciais que acompanham descrições demonstrativas desempenham um papel semântico: elas são convencionalmente usadas para fixar a referência de descrições demonstrativas. As intenções identificatórias que acompanham descrições definidas, entretanto, não desempenham nenhum papel semântico. Elas são “semanticamente inertes” (King, 2001).

É por isso que esperamos distinguir diversas ocorrências de uma mesma descrição demonstrativa por meio das intenções identificadoras do falante, mas não esperamos fazer o mesmo no caso de descrições. No caso de descrições, espera-se que o falante use descrições diferentes para se referir a objetos distintos (por exemplo, carro azul/vermelho, carro da direita/esquerda).

As considerações acima mostram que há boas razões para evitar a assimilação de descrições a demonstrativos.

Um exemplo interessante de que descrições definidas e demonstrativos complexos nem sempre podem ser intercambiados é dado por Nunberg (2004). Nunberg argumenta que construções envolvendo condicionais contrafactuais não admitem a substituição de descrições definidas por descrições demonstrativas. Considere os exemplos a seguir. Imagine que Smith e Jones estão assistindo televisão e que Smith profere:

(19) Se você tivesse mudado para o Canal 4, o programa seria mais interessante.

Em princípio, há duas interpretações possíveis para (19). Podemos chamá-las de interpretação contrafactual e de interpretação atual. Na interpretação contrafactual, o falante refere-se ao programa a que eles poderiam estar assistindo e afirma que caso Jones tivesse mudado para o Canal 4, o programa a que eles estariam assistindo seria mais interessante. Na interpretação atual, o falante refere-se ao programa que eles estão (atualmente) assistindo e afirma que caso Jones tivesse mudado para o Canal 4, o programa a que eles estão assistindo seria mais interessante do que ele é. Obviamente, a interpretação atual é implausível: mudar de canal não torna o programa mais interessante.

Considere agora o que aconteceria se a descrição fosse substituída por um demonstrativo complexo:

(20) Se você tivesse mudado para o Canal 4, este programa seria mais interessante.

Não há, neste caso, uma interpretação contrafactual disponível. O demonstrativo complexo “este programa” não pode ser usado para se referir ao programa que eles estariam assistindo (caso Jones tivesse mudado de canal). Portanto, somos forçados a interpretar (20) de forma atual e a supor que o falante afirmou que caso Jones tivesse mudado para o Canal 4, este programa (isto é, o programa a que eles estão assistindo) seria mais interessante. O problema, como vimos, é que essa interpretação é implausível. (Em comunicação pessoal, 07 maio 2012, Chateaubriand sugere um cenário interessante. Imagine que no Canal 4 estivesse passando o mesmo programa, mas com áudio em francês e legendas em português. Nesse caso, diferentemente do exemplo de Nunberg, haveria uma interpretação plausível de (20)).

Alguém poderia argumentar que a substituição de “o programa” por “este programa” não funciona porque a descrição em (19) não está sendo usada referencialmente. Dessa maneira, estaríamos (incorretamente) comparando uma descrição usada de forma não referencial (i.e., atributiva) e um demonstrativo usado de forma referencial.

A objeção, entretanto, não é válida. Suponha que ambos - Smith e Jones - soubessem que programa estaria passando no Canal 4 e que ao usar a descrição, Smith esperava que Jones fosse capaz de identificá-lo. Nesse caso, a descrição foi indubitavelmente usada de forma referencial. Mesmo assim, a substituição do artigo definido pelo pronome demonstrativo não seria apropriada.

Para Nunberg, esses resultados não deveriam nos surpreender. Como descrições definidas não são expressões referenciais, era de se esperar que o seu uso referencial nem sempre coincidissem com o uso de genuínas expressões referenciais. As regras associadas ao uso de expressões referenciais são, em certo sentido, mais estritas do que as regras associadas ao uso de descrições definidas (mesmo aquelas associadas ao uso de descrições definidas usadas referencialmente).

Há pouco consenso na filosofia da linguagem (como na filosofia, em geral). Porém, algo que a maior parte dos filósofos da linguagem estaria disposta a aceitar é que demonstrativos simples são expressões referenciais (cf. King, 2001, p.1), ou seja, que pronomes demonstrativos (singulares) devem ser analisados como expressões “diretamente” referenciais.

Além disso, não muitos filósofos da linguagem duvidariam que a contribuição proposicional de um demonstrativo simples (como, por exemplo, “isso” ou “aquilo”) é esgotada pelo objeto ao qual o falante quer se referir. Suponha que uma pessoa, referindo-se a Vênus, profere: “Aquilo é um planeta”. Nesse caso, podemos dizer que o pronome demonstrativo “aquilo” foi usado para se referir ao planeta Vênus e que, dessa forma, o pronome contribui com o próprio planeta (e apenas ele) para a proposição que o falante expressou. Também podemos dizer que, ao proferir “Aquilo é um planeta”, a pessoa em questão expressou a proposição singular “que Vênus é um planeta”.

Entretanto, há várias teorias a respeito da interpretação de demonstrativos complexos. Entre os filósofos que defendem que tais expressões são referenciais, podemos identificar três tipos de teoria, a saber: teorias mínimas, teorias intermediárias e teorias máximas (Braun, 2010). Essa classificação diz respeito ao papel que a matriz do demonstrativo complexo desempenha em cada tipo de teoria.

Para as teorias mínimas, a contribuição proposicional do demonstrativo “aquele F” não depende da matriz do demonstrativo. Ela é apenas o objeto ao qual o falante quis se referir. Larson e Segal (1995) defendem uma versão dessa teoria. Suponha que uma pessoa, referindo-se a Jones, profere: “Aquele assassino é louco”. De acordo com a teoria de Larson e Segal, a pessoa em questão expressou a proposição “que Jones é louco”. Observe que para eles, a verdade do proferimento depende apenas do fato que Jones é louco. Pouco importa se ele é um assassino ou não. A função da matriz “assassino” é apenas ajudar o ouvinte a identificar a objeto ao qual o falante quer se referir. Para eles, a matriz do demonstrativo “aquele F” não desempenha nenhum papel semântico. A teoria de Larson e Segal (1995) é muito parecida com a teoria de Donnellan (1966/1998, 1968).

Teorias intermediárias também defendem que a contribuição proposicional do demonstrativo “aquele F” é apenas o objeto ao qual o falante quer se referir. Porém, elas sustentam que a matriz do demonstrativo “aquele F” desempenha um certo papel semântico. Ela impõe uma restrição a que tipos de objeto a descrição pode se referir: o demonstrativo “aquele F” só pode se referir a um objeto se ele for F. Caso contrário, não haverá referência ao objeto em questão (ou, pelo menos, não haverá referência “semântica” ao objeto em questão, cf. Braun, 1994). Portanto, do ponto de vista de uma teoria intermediária, o demonstrativo do exemplo anterior só fará referência a Jones se ele realmente for um assassino. Apenas nesse caso, o falante será capaz de expressar a proposição singular “que Jones é louco”. Reimer (1998a), por exemplo, defende uma versão da teoria intermediária.

Teorias máximas também defendem que o demonstrativo “aquele F” não pode ser (semanticamente) usado para se referir a um objeto que não é F.

Entretanto, diferentemente das teorias mínimas e das teorias intermediárias, teorias máximas negam que a contribuição proposicional do demonstrativo “aquele F” seja esgotada por apenas um objeto. Para elas, a contribuição proposicional do demonstrativo “aquele F” é dupla: além de um objeto, o demonstrativo também contribui com a propriedade de ser um F. Portanto, as teorias máximas negam que uma pessoa que, referindo-se a Jones, profere “Aquele assassino é louco” expressa simplesmente a proposição singular “que Jones é louco”. Para elas, a propriedade de ser um assassino, deve (de alguma forma) ser incorporada a proposição que o falante expressou. Richard (1993) e Devitt (2004) defendem diferentes versões da teoria máxima.

Não examinaremos os méritos dessas teorias. O que nos interessa é apenas observar o que elas possuem em comum. Embora as teorias acima discordem acerca da contribuição proposicional da matriz e de seu papel na determinação da referência, todas elas concordam sob um aspecto, a saber: que o pronome demonstrativo que introduz o demonstrativo complexo contribui com um objeto para a proposição que o falante expressa.

Esta é uma importante diferença entre descrições e demonstrativos complexos. Ao contrário de um pronome demonstrativo, um artigo definido numa descrição definida não contribui com um objeto para a proposição que a frase expressa, mesmo quando a descrição é usada de forma referencial (Bontley, 2005). Isso fica evidente quando se considera os seguintes exemplos.

(21a) Aquele livro de capa amarela está coberto de poeira.

(21b) Aquilo está coberto de poeira.

(22a) O livro de capa amarela está coberto de poeira.

(22b) #O está coberto de poeira.

Em alguns casos, é possível substituir um proferimento da forma “aquele F é G” por um proferimento da forma “aquilo é G”, sem alterar de forma significativa aquilo que o falante quer dizer. Porém, um proferimento da forma “o F é G” jamais pode ser substituído por um proferimento da forma “o é G”. Um proferimento no qual o artigo definido não é seguido por um substantivo é gramaticalmente inaceitável. Isso evidencia que a contribuição proposicional de um artigo definido (numa descrição definida) é fundamentalmente diferente da contribuição proposicional de um pronome demonstrativo (numa descrição demonstrativa). A contribuição de um pronome demonstrativo num demonstrativo complexo deve ser entendida em termos de um certo objeto, enquanto que a contribuição do artigo definido numa descrição definida deve ser entendida em termos de uma certa estrutura quantificacional.

Alguém poderia argumentar que a contribuição proposicional do artigo definido é, de fato, um objeto e que (22b) não é aceitável por outra razão, a saber: a “pobreza” fônica do artigo definido.

Há um sério problema com essa defesa. Considere o caso do português. Nessa língua, há expressões fonologicamente tão pobres quanto o artigo definido (na verdade, homofônicas) e que ainda assim são capazes de funcionar referencialmente, isto é, contribuir com um objeto para a proposição que a frase expressa. O pronome oblíquo (átomo) “o” ilustra o ponto. Suponha que alguém me pergunta se eu vi Smith e que eu respondo: “Não o vi”. Nesse caso, parece indubitável que o pronome “o” está sendo usado para se referir a Smith. Como o pronome oblíquo “o” e o artigo definido “o” são homofônicos, não pode ser a pobreza fônica do artigo definido que o impede de ser usado para se referir a um certo objeto.

3.3

O argumento da convenção

Recentemente, Devitt (1997a, 1997b) e Reimer (1998a) apresentaram um novo e interessante argumento em favor da interpretação referencial de descrições. De acordo com eles, ninguém duvidaria que o uso referencial de descrições é bastante comum e que, de fato, descrições são regularmente usadas para comunicar proposições singulares. Essa regularidade, eles pensam, é uma forte indicação de que descrições possuem significados referenciais (e não somente usos referenciais) e que tais significados são tão convencionais quanto o significado atributivo. O uso referencial de descrições é convencional e deve, portanto, ser interpretado em termos semânticos. Esse argumento ficou conhecido na literatura como “argumento da convenção” (Neale, 2004).

Eles ressaltam que o uso referencial de descrições é bastante diferente do uso referencial de outros quantificadores. No caso de outros quantificadores, não há nenhuma regularidade em usá-los para expressar pensamentos singulares. É verdade que, em casos excepcionais, quantificadores podem ser usados para comunicar pensamentos particulares. Numa certa ocasião, alguém pode, por exemplo, usar a frase "Algumas pessoas não têm educação" para expressar a proposição singular que uma pessoa, digamos, Jones, não tem educação. O problema, nota Devitt, é que, dado um contexto conversacional apropriado, praticamente qualquer expressão pode ser usada para expressar qualquer pensamento.

Como vimos, a estratégia de Kripke (1977/1998) e de Neale (1990) era defender que diferentes proferimentos de “O assassino de Smith é louco” expressam, em princípio, uma mesma proposição geral, mas que tais proferimentos também podem ser usados para comunicar proposições singulares. Não haveria nenhuma duplicidade de significado: ambos o uso referencial e o uso atributivo estariam (semanticamente) associados às mesmas condições de verdade. Além disso, apoiando-se na Navalha de Occam Modificada, eles argumentam que se um determinado fenômeno linguístico pode (*ceteris paribus*) ser explicado pragmaticamente, não há nenhuma razão para considerá-lo como semântico.

Devitt e Reimer, entretanto, pensam que há algo de fundamentalmente errado com essa maneira de abordar o problema. Para mostrar que descrições não têm significados referenciais, não basta mostrar que os usos referenciais podem ser explicados pragmaticamente. É preciso mostrar que eles devem ser explicados pragmaticamente. E isso, eles argumentam, é algo que nem Kripke, nem Neale fizeram.

METÁFORAS

Considere um proferimento de “você é um gorila”. É natural pensar que alguém que usa essa frase deve estar usando-a metaforicamente. Grice caracteriza usos metafóricos como aqueles nos quais o falante expressa uma proposição claramente falsa, mas é capaz de comunicar uma proposição verdadeira. Mais precisamente, usos metafóricos são (em geral) casos de implicaturas conversacionais em que a primeira máxima da qualidade ("Não diga aquilo que você acredita ser falso") é violada.

Imagine a seguinte situação. B bruscamente esbarra em C, derrubando-o. Porém, ao invés de se desculpar, B comporta-se como se nada tivesse acontecido. Encolerizado pela atitude de B, C profere: “Você é um gorila”.

Não há dúvida que C não quis comunicar a proposição que B é (literalmente) um gorila. Logo, deve haver outra proposição que ele quis comunicar ao se referir a B e proferir “Você é um gorila”.

A teoria de Grice explicaria a implicação do proferimento de C da seguinte forma. É óbvio para B que C disse algo (literalmente) falso. Porém, supondo que C não abandonou o princípio da cooperação, B assume que deve haver algo que C quis comunicar e que é diferente daquilo que C disse. Além disso, é natural para B pensar que deve haver alguma relação entre aquilo que C disse e aquilo que ele quis comunicar. Dessa forma, deve haver alguma semelhança (ou característica comum) entre o seu comportamento e o comportamento de um gorila. Como gorilas são vistos como criaturas brutas e ferozes, C infere que B quis dizer que ele é uma pessoa rude e sem educação.

É importante notar que “Você é um gorila” nem sempre comunica a proposição que uma pessoa é rude e sem educação ou qualquer outra proposição depreciativa. Imagine uma criança que veste uma fantasia de gorila e que pergunta a um adulto: “O que eu sou?” Nesse caso, “Você é um gorila” ainda será um proferimento metafórico, mas o que o adulto quis dizer é simplesmente que a criança está fantasiada de gorila. Portanto, no uso metafórico, a proposição que uma frase comunica está intimamente ligada ao contexto em que ela é proferida.

EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

Considere agora a expressão “bater as botas”. Em geral, proferimentos de “x bateu as botas” não são usados de forma literal, ou seja, eles não são usados para comunicar a proposição “que x bateu as botas”, mas a proposição “que x morreu”.

Expressões como “... é um gorila” e “... bateu as botas” são geralmente usadas de forma figurativa. Entretanto, há uma diferença importante entre elas. “Bater as botas” é uma expressão idiomática, mas “ser um gorila” não é.

Isso significa que, quando o falante diz “Jones bateu as botas” o ouvinte pode, em princípio, apreender imediatamente o que o falante quis dizer, mas quando ele ouve “Jones é um gorila” essa apreensão não é imediata: para inferir o que o falante quis dizer, o ouvinte depende dos detalhes do contexto do proferimento.

Quando uma pessoa usa uma expressão idiomática, podemos saber o que ela quis dizer recorrendo a um dicionário. A situação é mais complicada no caso de metáforas. Alguns “significados” metafóricos podem ser encontrados num dicionário, mas certamente há outros que não podem (imagine um uso de “Ah! Você é um verdadeiro gorila” para comunicar que uma pessoa é, ao mesmo tempo, muito forte e ágil). Portanto, podemos dizer que o uso de expressões idiomáticas é convencional, mas que o uso metafórico de certas expressões não é, em princípio, convencional.

Nada impede, entretanto, que uma expressão que é atualmente usada de forma metafórica, torne-se futuramente uma expressão idiomática. Certamente,

muitas expressões idiomáticas que usamos hoje foram, no passado, usadas de forma metafórica. Em outras palavras, uma metáfora pode “morrer” e tornar-se uma expressão idiomática (*dead metaphor*, em inglês).

Dadas essas distinções, Reimer (1998a) apresenta a seguinte “reductio” para a explicação pragmática do uso referencial. Se aceitarmos que do fato que um certo fenômeno pode ser explicado pragmaticamente segue-se que ele deve ser explicado de tal forma, não pode haver uma explicação semântica de expressões idiomáticas.

Considere o seguinte exemplo (Reimer 1998a). Atualmente, o verbo inglês “to incense” tem dois significados: 1) perfumar com incenso e 2) exasperar, encolerizar. Reimer sugere que o segundo significado foi, em algum momento, metafórico. Com o passar do tempo, todavia, esse uso tornou-se convencional.

Imagine alguém que defende que o verbo “to incense” significa apenas perfumar com incenso, mas ele pode ser usado para comunicar algo sobre os estados emocionais de alguém. Esse uso, entretanto, pode (e, portanto, deve) ser explicado em termos pragmáticos. Portanto, “to incense” não significa exasperar, encolerizar.

Para defender tal posição, alguém poderia propor um teste similar ao proposto por Kripke (1977/1998). Imagine uma língua tão parecida com o inglês quanto possível, exceto por um ponto: nela, o verbo “to incense” significa apenas perfumar com incenso. Será que, nessa língua, os falantes teriam alguma dificuldade de inferir que, em alguns casos, o falante está falando sobre os estados psicológicos de alguém? Provavelmente, não.

Nessa língua, um proferimento de, por exemplo, “the lawyer incensed Jones by making insulting remarks” seria naturalmente entendido como “o advogado enfureceu Jones” e não como “o advogado perfumou Jones com um incenso”. Provavelmente, os falantes desse inglês hipotético poderiam identificar (empregando mecanismos pragmáticos) aquilo que o falante quis dizer. Ora, de acordo com a Navalha de Occam Modificada, não devemos multiplicar significados desnecessariamente. Logo, se podemos explicar pragmaticamente o

uso da palavra "to incense" para "significar" enfurecer, não devemos postular um significado adicional a ela.

A conclusão de Reimer é que há vários problemas com o argumento acima, pois não há dúvida que "to incense" também significa exasperar, encolerizar. E o mesmo pode ser dito da explicação pragmática do uso referencial.

Um dos problemas, nota Reimer, é que tudo que o teste prova é que podemos explicar pragmaticamente o uso de "to incense" para significar (*to mean*) exasperar. Ele não prova que devemos explicar o uso em questão pragmaticamente. Entretanto, um bom teste não deveria dizer como poderíamos explicar o fenômeno em questão, mas como deveríamos fazê-lo.

Além disso, o exemplo ignora o fato de que "to incense" é regularmente usado para significar enfurecer. Essa regularidade, pensa Reimer, é importante, pois ela é um forte indício de que enfurecer faz parte do significado convencional de "to incense". Os dois significados de "to incense" são apreendidos pelos falantes sem qualquer tipo de inferência (pragmática).

Basicamente, o que foi dito para o caso do verbo "to incense", pensa Reimer, vale para o artigo definido. Kripke e Neale mostraram apenas que o uso referencial de descrições poderia ser explicado pragmaticamente. Eles não mostram que há boas razões para fazer isso (exceto razões ligadas à economia teórica). Por outro lado, eles simplesmente ignoraram o fato de que descrições são usadas regularmente para expressar proposições singulares e que isso é uma evidência de que o uso referencial é acompanhado de um significado referencial. Portanto, conclui Reimer, descrições definidas são ambíguas. Elas têm dois significados convencionais da mesma forma que o verbo "to incense" tem.

O argumento da convenção é, *prima facie*, um argumento poderoso. A ideia que há uma importante conexão entre o uso regular de uma expressão e seu uso

convencional é irresistível. Por causa disso, certos autores decidiram revisar suas teorias à luz desse argumento.

Neale (2004), por exemplo, aceita o argumento da convenção. Para ele, o fato de descrições definidas serem usadas regularmente para comunicar proposições singulares indica que há algo de convencional, isto é, semântico no uso referencial de descrições. Para ele, não é correto, portanto, explicar o uso referencial de descrições como um fenômeno meramente conversacional.

Apesar disso, Neale acredita ser possível oferecer um tratamento unitário (russelliano) de descrições. No lugar da explicação pragmática do uso referencial, Neale propõe uma síntese entre a teoria de Russell e a teoria da ambiguidade. Essa síntese incluiria o que há de correto nas duas teorias e excluiria o que há de errado nelas.

De acordo com a síntese proposta por Neale, descrições definidas usadas de modo referencial expressam um tipo especial de proposição geral. Assim, se “o F” for uma descrição incompleta usada para se referir a um objeto *b*, então um proferimento de “o F é G” será elíptico e expressará a mesma proposição que um proferimento de “o F que é *b* é G” (ou melhor, “o F que é idêntico a *b* é G”). Em outras palavras, a forma lógica “o F é G”, quando a descrição “o F” está sendo usada para se referir a um objeto *b*, é dada pela fórmula:

$$(Ex) (Ay) ((Fy \leftrightarrow y = x) \ \& \ (x = b) \ \& \ Gx)$$

A ideia é simples. Quando uma descrição “o F” é usada de forma referencial, ela abrevia uma descrição que contém certa propriedade, a saber: a propriedade de ser idêntica ao objeto ao qual o falante quer se referir. Há uma “lacuna” da forma lógica de “o F é G” que deve ser completada com a propriedade de ser idêntica ao objeto ao qual o falante está se referindo. Esse fenômeno, pensa Neale, é convencional.

Um exemplo pode tornar mais claro o que queremos dizer. Considere o exemplo de Donnellan, “O assassino de Smith é louco”. Suponha que a descrição está sendo usada para se referir a Jones.

De acordo com a síntese proposta por Neale, o proferimento de “O assassino de Smith é louco” abrevia um proferimento de “O assassino de Smith que é Jones é louco” ou, mais naturalmente, “O assassino de Smith, Jones, é louco”. A forma lógica e as condições de verdade de “O assassino de Smith é louco” seriam, desse modo, dadas pela fórmula:

(Ex) (Ay) ((y é assassino de Smith $\leftrightarrow$ y = x) & (x = Jones) & x é louco)

Intuitivamente, a fórmula acima captura corretamente as condições de verdade que associaríamos ao proferimento em questão. “O assassino de Smith é louco” será verdadeira apenas se houver um único assassino de Smith, se ele for louco e se ele for Jones.

Chateaubriand, em comunicação pessoal, 07 maio 2012, apresenta o seguinte exemplo: “o menor número primo maior que 100 bilhões é ímpar” e pergunta como a síntese de Neale acomodaria esse exemplo. Arriscaríamos dizer que Neale não veria nesse exemplo um uso referencial da descrição definida, mas um uso atributivo. Aliás, o próprio Russell sugere que o problema do uso referencial não se coloca no caso de descrições matemáticas. Em sua resposta a Strawson (1950/1998), ele escreve:

I should like to see him [Strawson] apply his doctrine [of referential descriptions] to such sentences as the following: ‘the square-root of minus one is half the square-root of minus four’, or ‘the cube of three is the integer immediately preceding the second perfect number’. There are no egocentric words [indexicals] in either of these two sentences, but the problem of interpreting the descriptive phrases is exactly the same as if there were. (Russell, 1957, p. 385)

Quais são as vantagens da síntese em relação à explicação pragmática do uso referencial e em relação à teoria da ambiguidade? Em primeiro lugar, defende Neale, a síntese é superior à teoria pragmática porque permite explicar a regularidade do uso referencial para exprimir pensamentos (parcialmente)

singulares, isto é, pensamentos sobre um determinado indivíduo, sem abrir mão do caráter quantificacional das descrições. De fato, concede Neale, o proferimento de “O assassino de Smith é louco” expressa uma proposição (parcialmente) singular sobre Jones.

Em segundo lugar, ela evita algumas dificuldades da teoria da ambiguidade. Considere um proferimento de “Ele é louco”, referindo-se a Jones.

De acordo com a teoria da ambiguidade, não haveria uma diferença (semântica) entre um proferimento de “O assassino de Smith é louco” (no qual o falante se refere a Jones) e um proferimento de “Ele/Jones é louco”. Em ambos os casos, o falante expressou simplesmente a proposição singular “que Jones é louco”. Por causa disso, “O assassino de Smith é louco” expressará uma proposição verdadeira desde que Jones seja louco. Pouco importa se ele assassinou Smith ou não. Esse resultado parece incorreto. Quando uma pessoa, referindo-se a Jones, profere: “O assassino de Smith é louco”, a verdade do seu proferimento parece depender do fato de Jones ter, de fato, assassinado Smith. A síntese, entretanto, é capaz de explicar como alguém pode, ao mesmo tempo, expressar uma proposição singular sobre Jones e se comprometer com a ideia de que ele é um assassino.

Finalmente, a síntese permite lidar com o dilema apresentado por Schiffer (1995/1998). Para ele, não é possível defender que expressões demonstrativas são referenciais e que descrições (usadas referencialmente) são quantificacionais: ou ambas são expressões referenciais ou ambas são expressões quantificacionais.

Considere as seguintes situações. Na primeira situação, imagine que Brown aguarda a palestra do famoso filósofo Ferdinand Pergola. Brown e as demais pessoas presentes sabem várias coisas acerca de Pergola: que ele escreveu ‘Smells and Tickles’, que ele ganhou o Prêmio Jacques Derrida em 1995, etc. Depois de uma hora de atraso, Pergola entra no auditório tropeçando e aos soluços. Surpreso, Brown comenta: “Ele está bêbado”. Imagine agora a segunda situação. Ela é idêntica a primeira, exceto por um ponto, ao invés de “Ele está bêbado”, o comentário de Brown é: “O homem [*the guy*] está bêbado”.

Vimos que não podemos simplesmente sustentar que “O homem está bêbado” expressa a mesma proposição que algo como “O homem que escreveu

‘Smells and Tickles’ está bêbado” (Wettstein, 1981/1998). Afinal, há várias outras descrições completas que Brown poderia ter usado e o contexto do proferimento não coloca o ouvinte na posição de identificar esta descrição em detrimento de outras descrições (por exemplo, “o homem que ganhou o prêmio Jacques Derrida em 1995”, “o homem que acabou de entrar no auditório”, etc.).

Porém, observa Schiffer, se admitirmos que um proferimento de “o homem está bêbado” não expressa uma única e determinada proposição, somos forçados a concluir que “Ele está bêbado” também não expressa uma única e determinada proposição. Afinal, em ambos os casos, as mesmas intenções comunicativas estão presentes e a proposição que o falante expressa numa certa ocasião é, em princípio, uma função de suas intenções comunicativas.

O problema, ressalta Schiffer, é que a maior parte dos filósofos aceita que expressões demonstrativas simples são (diretamente) referenciais e que “this is something they would give up only as a last resort” (Schiffer, 1995/1998, p. 124). Assim, se tivermos que escolher a concepção quantificacional de descrições (isto é, a teoria de Russell) e a concepção referencial de indexicais, devemos, pensa Schiffer, escolher a última à primeira.

A moral da história é interessante: não devemos confundir os diversos estados psicológicos de Brown ao proferir “O homem está bêbado” com a proposição que ele expressou. A proposição que Brown expressou não é apenas um produto de suas crenças, mas de suas intenções comunicativas. Portanto, os pressupostos psicológicos que acompanham o uso de uma frase não fazem parte daquilo que expressamos ao proferi-la.

Neale aceita o dilema de Schiffer. Porém, ao invés de concluir que indexicais e descrições usadas referencialmente são expressões referenciais, ele conclui que ambas são de fato quantificacionais. Para Neale, o pronome “ele” e a descrição “o homem” correspondem (basicamente) à mesma estrutura quantificacional. Assim, “Ele está bêbado” e “O homem está bêbado” estarão associados à mesma forma lógica, a saber:

(Ex) (Ay) ((y é homem $\leftrightarrow$ y = x) & (x = Pergola) & x está bêbado)

Portanto, nem o argumento da regularidade nem o dilema de Schiffer nos forçam a abandonar a teoria de Russell. A síntese de Neale oferece uma maneira simples e geral de acomodar ambas as objeções, sem abrir mão da ideia que descrições são expressões quantificacionais.

Há, entretanto, sérios problemas com a síntese de Neale. A primeira e mais óbvia encontra-se em algo que o próprio Neale escreveu. Em 1990, ele afirma:

A phrase of the form '[the x : $x=b$]' is technically a Russellian definite description; but the claim that referential uses do not require a distinctive non-Russellian interpretation would indeed be hollow if the Russellian position could be maintained only by employing the identity relation to conjoin descriptions of this form (e.g., '[the x : $x=that$]'). (p. 115).

Seguindo Devitt (2007, p. 29), podemos dizer que a síntese é “pseudo-russelliana”: russelliana do ponto de vista sintático, mas não do ponto de vista semântico.

Provavelmente, há algo de errado com a síntese. Devemos notar que um teórico poderia usar esse mesmo argumento para sustentar que nomes próprios são expressões quantificacionais. Ele poderia afirmar que nomes próprios são quantificacionais, pois frases da forma “ b é F ” podem ser reescritas de forma quantificacional, a saber: “ $(\exists x) (Fx \ \& \ x = b)$ ”. Porém, poucos hoje se sentiriam inclinados a afirmar que nomes próprios são quantificacionais apenas por causa disso.

Além disso, a síntese parece envolver uma espécie de “inchamento” semântico (Lepore, 2004). De acordo com ela, frases da forma “o F é G ” expressam proposições mais informativas do que elas aparentam expressar. Considere o uso apositivo de descrições definidas. Como o próprio nome sugere, usos apositivos são aqueles nos quais a descrição ocorre na posição (gramatical) de aposto.

Em, por exemplo, “Jones, o assassino de Smith, enlouqueceu” a descrição “o assassino de Smith” é usada de forma apositiva. Como poderíamos analisar o uso apositivo? Neale (1990, p. 116) sugere tratá-lo como uma “descrição complexa”. Nesse caso, teríamos:

(Ex) (Ay) ((y é assassino de Smith $\leftrightarrow$ y = x) & (x = Jones) & x enlouqueceu)

Ora, a análise acima é a mesma oferecida pela síntese. Assim, não haveria nenhuma diferença entre a proposição expressa por “Jones, assassino de Smith, enlouqueceu” e (referindo-se a Jones) “O assassino de Smith enlouqueceu”. Esse resultado, entretanto, parece incorreto. Intuitivamente, o uso apositivo parece mais informativo que o uso referencial. De acordo com a síntese, entretanto, eles seriam equivalentes. Numa palavra, a síntese assimila (de forma indevida) o uso referencial ao uso apositivo.

Portanto, a síntese de Neale não é uma resposta apropriada ao argumento da regularidade. Isso não quer dizer, entretanto, que devemos aceitar o argumento da regularidade. Como veremos, há uma resposta mais promissora ao argumento. Ela baseia-se na distinção entre regularidade e convenção.

Considere os seguintes exemplos (Bach, 2004).

(23) É pior ir ao hospital e ficar doente do que ficar doente e ir ao hospital.

(24) Eu não acredito que a astrologia é uma tapeação. Eu sei disso.

Em (23), a conjunção está sendo usada de duas maneiras diferentes. A primeira ocorrência da conjunção indica uma relação causal (“ir ao hospital e - por causa disso - adoecer”) enquanto que a segunda ocorrência indica uma relação temporal (“adoecer e - depois disso - ir ao hospital”).

De acordo com (24), é possível saber (i. e., ter conhecimento proposicional) uma coisa, sem acreditar nela. Porém, praticamente todos os epistemólogos defendem que isso é impossível: se uma pessoa sabe que p, ela (necessariamente) acredita que p.

Não há dúvida que (23) e (24) envolvem usos regulares da disjunção “e” e do verbo “saber”. Isso significa que tais usos são convencionais e que eles envolvem diferentes significados daqueles que normalmente associaríamos a tais palavras? Certamente, não. Embora regulares, há conhecidas razões para se pensar que tais usos não são convencionais. Porém, uma aplicação do argumento da regularidade a esses exemplos nos forçaria a tratá-los como diferentes usos convencionais.

Isso nos força a reconhecer uma diferença entre regularidade (pragmática) e convencionalidade. O mero fato de uma expressão ser usada de forma regular para expressar um determinado tipo de proposição não implica que faz parte do seu significado convencional expressar tais tipos de proposição. Regularidades pragmáticas não devem, portanto, ser confundidas com convenções, isto é, com regularidades semânticas.

Além disso, se aceitamos que descrições são ambíguas, somos forçados a aceitar que elas são ambíguas de uma maneira completamente excepcional. Em geral, admite-se que alguém pode conhecer apenas um significado de uma palavra ambígua. Por exemplo, alguém pode saber que a palavra “cão” significa cachorro, mas não saber que ela também significa uma parte de uma espingarda.

Suponha, agora, que descrições são ambíguas. Será que é realmente possível que alguém conheça o significado referencial de uma descrição, sem conhecer o seu significado atributivo? Aparentemente, não. (É verdade que o inverso é possível: alguém pode ser capaz de usar uma descrição de forma atributiva, mas não ser capaz de usá-la de forma referencial. Considere, por exemplo, a descrição definida “a primeira criança que nascerá em 2112”).

Assim, se descrições definidas fossem realmente ambíguas, sua ambiguidade seria de tipo muito especial, pois não seria possível conhecer o seu significado referencial sem conhecer também o significado atributivo. Entretanto, é pouco provável que exista tal tipo de ambiguidade (Bach, 2004).

Além disso, há uma importante diferença entre a explicação pragmática de “incensed” e a explicação pragmática do uso referencial. É verdade que uma pessoa que não sabe o que a palavra “incensed” significa exasperado pode, dada

uma certa ocasião de uso, inferir que é isso que o falante quer dizer. Porém, isso será uma implicatura conversacional particularizada. Entretanto, há boas razões para se pensar que o uso referencial de descrições é um caso de implicatura conversacional *generalizada*, ou seja, uma implicatura que é relativamente independente dos detalhes do contexto. Portanto, a analogia entre a explicação pragmática de “incensed” e a do uso referencial é fraca.